

===== **ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E NOVE:** =====

===== Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e nove, pelas vinte horas, no Auditório das novas instalações da Escola Superior de Enfermagem, sito na Rua da Cruz Vermelha, lugar do Pocinho, desta cidade, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** Votação das actas nºs 32 e 33; =====

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município; =====

===== **Ponto três:** Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas/ 2008;

===== **Ponto quatro:** Apreciação do Inventário de 2008 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação; =====

===== **Ponto cinco:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2008 - Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** Certificação legal das Contas – Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação; =====

===== **Ponto sete:** Inclusão no PPI 2009 do projecto/ acção n.º 2/2009 com a designação “Beneficiação da Escola do Largo da Feira – Nogueira do Cravo – Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento financeiro – Reporte a 31/12/2008 – Após encerramento de Contas – Conhecimento e tomada de posição; =====

===== **Ponto nove:** Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 – Aprovação; ==

===== **Ponto dez:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, para a realização da prova “Memorial Bruno Neves” – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados; =====

===== **Ponto onze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação La-Salette, para financiamento das actividades incluídas em orçamento da Fundação La-Salette para o ano 2009 – Autorização; =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta (Playbikers Secção de BTT) e a Fundação La-Salette, para a realização da “Maratona BTT cidade de Azeméis” – Autorização; =====*

===== **Ponto treze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, com vista à realização do evento “Queima das Fitas” – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados; =====*

===== **Ponto catorze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a Área Metropolitana do Porto, para constituição de uma parceria com o objectivo de desenvolvimento da rede de “Parques Metropolitanos do Porto – Autorização/ Ratificação; =====*

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a União Desportiva Oliveirense, para a divulgação do Município através da inscrição no equipamento das suas equipas seniores no âmbito das suas diversas modalidades do logótipo “Azeméis é Vida” - Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados; =====*

===== **Ponto dezasseis:** *Protocolo de parceria celebrado entre o Município, Dr. Carlos Alegria e Eng.º Fernando Ribeiro, com vista à execução do Projecto de Qualificação e Valorização da zona ribeirinha do Rio Caima - Autorização/ Ratificação; =====*

===== **Ponto dezassete:** *Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, para execução de obras de beneficiação na Rua da Escudeira – Autorização; =====*

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com Centro Regional de Excelência em Educação para a Sustentabilidade da Área Metropolitana do Porto (CRE_EDS_AMP) – Autorização; =====*

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Núcleo de Atletismo de Cucujães, para realização do 3.º Troféu Municipal de Xadrez “Azeméis é Desporto” 2008 – Autorização; =====*

===== **Ponto vinte:** *Alteração da delimitação entre os concelhos de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, na Zona de Fermil, Freguesia de Cucujães – Aprovação; =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Seguro de Acidentes Pessoais Autarcas – Fixação de capitais;*

===== **Ponto vinte e dois:** *Concessão do Serviço de Transporte Público Urbano – Aprovação das condições gerais da concessão. =====*

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal: =====***

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Daniel Pinto Ferreira, António da Silva Xará, António Alberto Bastos, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da*

Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Ilídio António Tavares Ferreira, António de Jesus Silva e André Lourenço Pinheiro Ribeiro. =====

*===== **Do Partido Socialista (PS):** Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa. =====*

*===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Marcelino Francisco Quental. =====*

*===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** Óscar Fernando Soares de Oliveira. =*

*===== **E a ausência dos seguintes Membros:** Diamantino Melo de Almeida, Rodrigo Moreira da Silva e Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira. =====*

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor António Alberto Bastos, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária, em virtude da mesma ter solicitado a suspensão do mandato, por motivos de saúde. Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor Daniel Pinto Ferreira, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido Dra. Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, em virtude da mesma ter solicitado a sua substituição, por motivos pessoais. Por último, o Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do Senhor Marcelino Francisco Quental, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Dr. António Alberto Vieira Dias, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição, por se encontrar ausente do País. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa declarou: =====

===== Boa noite. A Direcção da Escola Superior de Enfermagem simpaticamente e prontamente cedeu, mostrou vontade e disponibilidade em nos poder receber, a Assembleia Municipal, neste magnífico auditório, para muitos de nós visitarmos pela primeira vez e termos a noção clara da qualidade que esta Escola tem. Um pouco quebrando o Regimento e o Protocolo, mas acho que é de elementar justiça que possamos dar oportunidade ao Mestre Henrique Pereira para nos poder dar as boas-vindas nesta Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Direcção da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, Mestre Henrique Pereira. =====

===== Muito boa noite a todos. Eu agradeço imenso a disponibilidade que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve e a amabilidade de me pedir que vos dirigisse umas breves palavras, que têm que ser muito breves. Agradeço e cumprimento todos os elementos da

Mesa da Assembleia e todas as pessoas presentes. Para vos dizer o seguinte apenas: a Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis e a Cruz Vermelha Portuguesa devem muito à comunidade em geral e especialmente ao Município de Oliveira de Azeméis. Todo o trabalho que tem feito em prol desta Escola Superior, os meus agradecimentos pessoais e em nome da Direcção Nacional da Cruz Vermelha, uma vez que é a primeira vez que estamos neste espaço e só estamos cá porque vocês permitiram que assim fosse, contribuíram para isso. Era de facto não perder esta oportunidade de fazer este agradecimento público, porque eu acho que mais do que uma etiqueta social é de facto merecido que eu diga isto, porque é isto que eu sinto. Espero que estejamos mais vezes aqui juntos. Queria dizer, porque penso que é do conhecimento comum, que a Escola está sempre disponível para colaborar não só com o Município de Oliveira, mas com todas as entidades que representam de uma ou de outra forma a comunidade Oliveirense, públicas e privadas, obviamente, e portanto as pessoas que estão na Assembleia e que representem também instituições que acham que podemos ser úteis, por favor dirijam-se a nós, já estou aqui a ver alguém que pode ser testemunha disso mesmo. Estamos sempre disponíveis para aquilo que entenderem, dentro daquilo que nos for possível temos imenso gosto em colaborar convosco. Os meus agradecimentos mais uma vez, um bom trabalho e até sempre. Uma boa noite. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado, Prof. Henrique Pereira, muito obrigado pela sua intervenção. Mais uma vez os parabéns. Vamos então dar início formal à Assembleia Municipal. Também saudar o Senhor Marcelino Francisco Quental, não é a primeira vez que participa em Assembleias Municipais, mas neste mandato é a primeira vez que é chamado, fruto das substituições sucessivas que foram feitas na Bancada do CDS/PP por impossibilidade de participação dos Membros eleitos. Portanto, a minha saudação muito especial. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== É com bastante orgulho e satisfação que hoje faço esta intervenção. Hoje, aqui nesta sala, conseguimos perceber qual o resultado final da excelente parceria entre a Câmara Municipal, a Cruz Vermelha Portuguesa e a Escola Superior de Enfermagem. Foi uma aposta que gerou consensos aquando de uma tomada de posição por parte desta Assembleia. Desde o início do projecto que o Executivo Camarário percebeu quão estrategicamente era a implementação do Ensino Superior na nossa cidade, criando condições para que a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa arrancasse no terreno. Numa primeira fase, nas antigas instalações da Escola Bento Carqueja onde certamente as condições eram as possíveis e não as ideais, tendo recorrido mais tarde ao aluguer de instalações devido ao crescente sucesso da Escola e respectivas inscrições. O edifício aqui inaugurado custou cerca de um milhão e meio de euros, mas estamos certos que foi um investimento de futuro, a ver pelas declarações do Senhor Presidente da Escola, Mestre Henrique Pereira, na cerimónia da inauguração, lançando um novo desafio: uma Escola Superior de Saúde. Oliveira de Azeméis,

não pode parar tem que continuar a investir na formação, na educação. Tal como o Senhor Presidente da Câmara referiu, tornando-se uma centralidade regional na área da saúde, pensando noutros projectos como por exemplo o novo Centro Hospitalar. Para terminar, um pequeno desafio, gostaria que o Executivo desse a maior atenção ao projecto da Escola Superior Aveiro Norte, é mais uma referência importante do ensino no nosso distrito. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PS, que disse: =====

===== Antes de mais boa noite a todos, àqueles a quem não tive a oportunidade de cumprimentar pessoalmente. Eu queria começar por salientar o facto de ter sido decidido que esta Assembleia se realizasse hoje no Auditório da Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis. Acho que é uma forma singela, mas digna, de todos os Membros desta Assembleia, que são os máximos representantes de todos os cidadãos Oliveirenses, podermos de alguma forma prestar a nossa singela, mas digna, homenagem àquele que foi o esforço levado a efeito pela Escola Superior de Enfermagem, para se abalçar à construção destas instalações. Portanto, antes de mais, felicitar a Escola Superior de Enfermagem pelo facto de ter finalmente conseguido realizar um sonho, que não é deles mas que deve ser de todos nós, e sobretudo por ter conseguido que depois do sonho realizado ele esteja ao serviço daquilo que é a sua principal função. De qualquer forma, seja como for, acho que em nome da Assembleia Municipal, estou certa que o Senhor Presidente o fará, em nome da Bancada do Partido Socialista que represento quero manifestar que para nós hoje estar a realizar esta Assembleia Municipal nestas instalações, é uma forma de prestarmos a nossa homenagem àquele que tem sido o excelente trabalho desenvolvido pela Escola Superior de Enfermagem. Queria começar por salientar a este propósito aquela que é a importância da existência do Ensino Superior em Oliveira de Azeméis, a Escola Superior de Enfermagem é apenas um dos exemplos. O Ensino Superior deve ser entendido no nosso Município como um enorme factor, eu diria mesmo como um dos principais motores do desenvolvimento do nosso concelho no futuro. E, portanto, todos nós conhecemos, aliás é conhecida não só do ponto de vista nacional, mas como do ponto de vista internacional, aquilo que é a qualidade do Ensino da Enfermagem ministrado pelas Escolas de Enfermagem da Cruz Vermelha e, portanto, deve constituir uma honra para nós todos Oliveirenses termos um estabelecimento de ensino com a qualidade que este oferece aos seus formandos, deve ser um motivo de orgulho para todos nós. E se é certo que todos nós reconhecíamos a valia dos cursos que eram ministrados por este estabelecimento de ensino, todos nós conhecíamos também o enorme esforço que era necessário para obter tão bons resultados naquilo que eram a exiguidade de espaço e as condições pouco adequadas com que esta Escola se confrontou e que viveu durante todos os anos em que provisoriamente esteve instalada naquelas que eram as instalações da antiga Escola Bento Carqueja. Portanto, se mesmo com poucos ovos foi possível fazer tão boas omeletes, a partir daqui esperamos o melhor e, sobretudo, é importante perceber, eu não estive presente, não pude estar presente por compromissos parlamentares no acto formal da inauguração destas instalações, mas tive oportunidade de acompanhar pela imprensa que o Senhor Presidente da Direcção deixou ficar no ar um novo desafio, ou seja, acabado de concluir um, há outro que a Direcção desta Escola já abraçou, que é reivindicar para este mesmo espaço não apenas uma Escola Superior de Enfermagem, mas uma Escola Superior de Saúde. A isto chama-se pensar e prever o futuro e, portanto, acho que todos nós cidadãos Oliveirenses nos devemos imbuir deste mesmo espírito e sermos não só colaboradores, mas sobretudo sujeitos activos da possibilidade de realização do

ensejo da Direcção da Escola Superior de Enfermagem. A propósito ainda de Ensino Superior, ainda bem, isso já foi dito ainda há pouco pelo Nuno Pires, que o Ensino Superior em Oliveira de Azeméis é ainda também Pólo da Universidade de Aveiro Norte. A este propósito, todos nós conhecemos há quanto tempo é que o Município de Oliveira de Azeméis se propôs à aquisição de um espaço para a instalação do Pólo da Universidade de Aveiro Norte, todos nós conhecemos aquele que foi pensado para a chamada Quinta do Comandante e eu aproveitava para deixar uma pergunta ao Executivo Municipal: em que estado e em que pé, qual a situação da Quinta do Comandante, a propósito daquilo que é a instalação do novo Pólo da Universidade de Aveiro Norte? Queria ainda aproveitar para aqui, porque este é o Órgão representativo máximo dos cidadãos Oliveirenses, queria felicitar o empossamento dos novos Órgãos Dirigentes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, que há dias ocorreu. Em nome da Bancada que represento, endereçar a todos os empossados os meus sinceros parabéns e votos de enorme prosperidade para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, no exercício dos respectivos mandatos e facilmente se compreende porquê: a prosperidade no exercício do mandato para os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis será a prosperidade daquilo que é a comunidade Oliveirense. Todos nós conhecemos o papel que tem vindo a ser desenvolvido e de forma absolutamente inestimável pelos Bombeiros Voluntários da nossa cidade e todos nós temos a noção das particulares dificuldades com que se têm visto confrontados. Queria aqui, e em nome da Bancada do Partido Socialista, não só felicitá-los, mas dizer-lhes o seguinte: esta Direcção, estes Órgãos Sociais vão ter pela frente um enorme desafio, há tantos anos adiado e hoje finalmente com a possibilidade de ser concretizado, que é a construção do tão almejado novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. E tão almejado porquê? Por motivos de vária ordem e que facilmente são compreensíveis. Em primeiro lugar, todos nós conhecemos as parcas condições de existência dos Bombeiros Voluntários da nossa cidade no quartel hoje existente, não só pela exiguidade de espaço como pela sua manifesta desadequação àquilo que são as necessidades com as quais os Bombeiros todos os dias se debatem e às quais todos os dias têm que responder. Por outro lado, todos nós percebemos que o espaço urbano onde se situa o actual Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis se situa num espaço de centralidade que tem que ser pensado e repensado para outra funcionalidade. Em primeiro lugar, porque deve ser outra a vocação de um espaço com aquela situação e por outro lado, e ainda por cima, porque não serve as funções às quais tem estado adstrito. E, portanto, todos nós devemos ser os motores, juntamente com os Órgãos Sociais agora empossados, da concretização deste projecto que não é só ambicioso, é absolutamente necessário e indispensável. Quero aqui dizer o seguinte: que foi meu privilégio e particular prazer, ter contribuído, juntamente com a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para a possibilidade de apresentação de uma candidatura àquilo que é o chamado e conhecido por QREN. A candidatura está concretizada, tem todas as viabilidades de ser deferida e, portanto, nós vamos de facto ter um novo quartel. Oliveira de Azeméis merece e sobretudo a quantidade de homens e mulheres que de forma voluntária e abnegada têm feito daquilo que é grande parte da sua vida, a prática de uma vida por uma vida, merecem de todos nós o nosso respeito e, sobretudo, a construção desta obra é também uma forma da comunidade mostrar-se reconhecida pelo trabalho exemplar de todos esses homens e de todas essas mulheres. E, portanto, aqui dizer que hoje como sempre, ao inteiro dispor da Direcção, que por acaso é a mesma, dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis para este efeito e para outras lutas, nomeadamente uma que tem sido do conhecimento público que é a cobrança de créditos já vencidos e de que é titular a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis junto à Administração Regional de Saúde do Norte. Aconteceu uma reunião há poucos

dias, quer com responsáveis da Administração Regional de Saúde no Serviço Regional de Aveiro, eu digo os responsáveis da Administração Regional de Saúde do Norte, na Direcção Regional de Aveiro e bem assim os representantes dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, foi uma primeira abordagem no sentido de se resolver, com a rapidez que apesar de tudo já vem tardia, um problema que é importante uma vez que é do nosso conhecimento que a Associação Humanitária dos Bombeiros para acorrer a problemas de tesouraria causados pela tempestividade de cobrança deste crédito se tem andado a socorrer junto da banca. Por outro lado, sabemos que está aprazada já uma nova reunião para meados do mês de Maio, onde se espera muito sinceramente que o problema venha a ser resolvido. Daqui quero dizer que no que toca à Bancada que represento e no que toca à minha qualidade de Deputada da Assembleia da República, é do conhecimento dos Órgãos Sociais dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, que tudo farei o que estiver ao meu alcance, nomeadamente se for necessário recorrer à cobrança coerciva deste crédito junto à Administração Regional de Saúde do Norte, porque nenhuma situação se compadece com uma qualquer entropia burocrática absolutamente injustificável, nenhuma situação se compadece. Mas quando estamos a falar de uma Associação que tem fins humanitários, parece-me que a necessidade de ter que recorrer à via judicial é tanto mais difícil de ser compreendida por parte das populações. Portanto, quero dizer aqui, como digo os Órgãos Sociais dos Bombeiros conhecem esta minha posição, quero dizer aqui que estou ao inteiro dispor, a única que não posso fazer enquanto for Deputada da Nação é como advogada patrocinar de forma graciosa esta causa, porque há uma Lei da República que me impede de o fazer, porque se assim não fosse o faria. À parte esta que é uma limitação legal minha, todos os outros esforços que sejam necessários à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, poderá contar com eles ontem, hoje e sempre. Quero trazer neste período um último tema a debate. Todos nós sabemos e todos nós conhecemos aquilo que parece um lugar-comum, mas infelizmente para todos nós não é, não é um lugar-comum e nem é apenas um título de um qualquer Órgão de Comunicação Social, que á a chamada situação estrutural e conjuntural de crise que se vive no nosso País, por um lado, e portanto que se vive também no nosso Município uma vez que nós não constituímos uma ilha e portanto somos o reflexo daquilo que se passa no todo nacional, de forma mais ou menos debatida, mas somos com certeza absoluta, até porque ainda que não seja por via directa o mal dos nossos vizinhos em nada contribui para o nosso bem e, portanto, numa conjuntura em que maioritariamente não se vivem os melhores momentos é evidente que todos nós acabamos por ser afectados por esta situação. A primeira pergunta a este propósito tem a ver com um facto que chegou ao meu conhecimento e que se prende com a eventualidade, e digo eventualidade porque não conheço por inteiro a completa veracidade dos factos e daí dirigir a minha pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, dizia eu que chegou ao meu conhecimento que relativo ao ano de 2009 o Executivo Municipal da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis terá, passo a expressão, cortado aquilo que eram as transferências de subsídio que vinham sendo normalmente feitas para os Serviços Sociais do Município. Isto para já é só uma notícia que nos chegou, quero que o Senhor Presidente da Câmara, por favor, possa confirmar à Assembleia se isto é apenas uma notícia sem fundamento, se tem fundamento queria que nos dissesse qual é, desde quando foi efectuado o corte dos ditos subsídios e a fundamentação tida em conta para esse efeito. E porque continuamos a falar e eu referi que ia falar de crise, hoje como em todas as Sessões da Assembleia Municipal desde o início deste mandato, quero deixar, e vou deixar na Mesa da Assembleia Municipal, uma moção que é composta por doze propostas concretas e que têm a ver com medidas a tomar no imediato tendo em conta a situação em que vivemos. Portanto, passo a expor nos seguintes termos: “Considerando: - Os momentos de crise económica à escala mundial que, de forma inevitável

afectam o nosso país; - Que, além das competências próprias dos poderes centrais, e competência do Município promover políticas de apoio social que visem dar resposta as situações de carência e que impeçam muitos agregados familiares de cair em situações de pobreza; O Partido Socialista de Oliveira de Azeméis propõe que a Assembleia Municipal delibere a aprovação da seguinte moção: Que o Executivo Municipal analise o seguinte conjunto de medidas com o intuito de avaliar da sua aplicabilidade no curto prazo e a vigorar até final do ano de 2010. 1) Criação dum Banco de Bens, gerido pela Rede Social de Oliveira de Azeméis e que permita a distribuição de roupa, alimentos e outros bens doados por particulares e empresas, a agregados familiares em risco de pobreza, sinalizados pelas Juntas de Freguesia e Instituições de Solidariedade Social. 2) Isenção ou redução em 50% das Taxas Municipais de água, saneamento e recolha de lixo a todos os agregados familiares cujo rendimento mensal médio, seja inferior ao Indexante dos Apoios Sociais. 3. Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário "Ajuda Lar" a todos os agregados familiares cujo rendimento médio mensal seja inferior ao IAS. 4) Criação de uma Bolsa de Emprego Concelhia que em articulação com o Centro de Emprego e Formação Profissional, as Associações Empresarial e Comercial de Oliveira de Azeméis e as Instituições de Solidariedade Social, possam dar uma resposta mais célere a situações de desemprego. 5) Autarquia privilegiar a aquisição de bens e serviços a empresas e ao comércio local, no estrito cumprimento da legislação em vigor. 6) Criação dum subsídio extraordinário para atribuição às Instituições de Solidariedade Social que referenciem situações de risco de pobreza em famílias carenciadas. 7) Atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes cujo rendimento médio mensal do agregado familiar seja inferior ao IAS. 8) Isenção do pagamento de transportes e refeições escolares a estudantes cujo rendimento médio mensal do agregado familiar seja inferior ao IAS. 9) Congelamento das rendas de habitação social; 10) Implementação urgente dos Planos de Urbanização das Zonas Industriais e de políticas de captação de indústrias, reduzindo por exemplo o IMI, o IMT e a Derrama, as empresas que se instalem no nosso Concelho, ou para as existentes, cujos projectos criem postos de trabalho. 11) Redução da Taxa de IRS cobrada no Município de 5% para 4%. 12) Isenção ou redução de taxas de licenciamento para empresas com projectos que criem postos de trabalho directos no nosso Concelho e para projectos de reabilitação urbana". =====

===== A Senhora Dra. Helena Terra entregou à Mesa a moção apresentada. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, que interveio da seguinte forma: =====

===== Boa noite a todos. Em primeiro lugar, também quero congratular-me com a realização desta Assembleia neste magnífico espaço. Eu pessoalmente não o conheço, por altura da sua construção, uma ou duas vezes, passei para dar uma vista de olhos, mas dá-me a ideia, como disse aqui a minha anterior Colega, que efectivamente são umas belíssimas instalações, que vão proporcionar umas magníficas condições de utilização para a função que hoje têm os enfermeiros na sociedade portuguesa e concretamente também para a melhoria da qualidade desta especialidade. Por isso, bem-haja e acho que são umas belíssimas instalações. Em relação à questão que aqui me trouxe, queria já agora objectivamente colocar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e também a todos os Eleitos da Assembleia Municipal a seguinte questão: eu penso que de alguma forma é do conhecimento público, tem a ver com o nosso Hospital e que era de alguma forma necessário acompanharmos e com certeza tomarmos algumas medidas futuras em relação à situação. Penso que é do conhecimento de todos a luta travada pelo PCP quanto ao encerramento do bloco de partos em

2006, concretamente o bloco de partos encerrou em 01 de Junho de 2006. Na altura fomos apelidados de panfletários, de propagandistas, porque estávamos a defender uma situação que não tinha condições na altura de subsistir, de se manter. Todos sabemos qual foi o caminho desta valência e as consequências no futuro das especialidades de ginecologia e obstetrícia. De alguma forma, todos desta Assembleia estavam mais preocupados com as obras da urgência hospitalar, com a continuação das obras da urgência hospitalar. Achamos que era verdade, nós também estávamos preocupados, desde sempre defendemos e reclamamos de que era necessária uma urgência de qualidade, que prestasse um melhor serviço aos utentes e efectivamente temos essa unidade com condições dignas no Hospital S. Miguel. Mas também na altura reclamamos e defendemos investimentos e manutenção das valências, no sentido de dar uma melhor e eficaz resposta aos utentes. Sempre defendemos e denunciámos que retirar serviços e valências para concentrá-los no Hospital S. Sebastião, não se estava a prestar as melhores condições e qualidade aos Oliveirenses, àqueles que têm necessidades e que procuram actualmente o Hospital S. Miguel. Será bom lembrar que em Abril de 2006, nesta Assembleia Municipal, a CDU apresentou uma moção que foi aprovada por unanimidade, em que uma das suas exigências foi reivindicar para além da necessidade da continuação das urgências, também reforçar e criar novas valências. Já lá vão três anos. Mas não é verdade que quando aqui veio o Senhor ex-Ministro Dr. Correia de Campos e na altura da inauguração das urgências do Hospital, a Senhora Ministra também disse que um dos objectivos deste Governo seria não só qualificar este Hospital, mas dar melhor qualidade às Urgências, investimentos a novas valências neste Hospital. A verdade é que o que estamos a assistir é puramente o contrário. Seriamente, puramente e simplesmente vemos que o nosso Hospital se vai esvaziando. Vejamos os factos: foi o Bloco de Partos e a sua Maternidade; foram as consultas da especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, que na altura até se pretendia que as grávidas não se deslocassem ao Hospital de S. Sebastião, a ideia era até serem atendidas no Hospital de S. João da Madeira, para que de alguma forma não tivessem necessidade de se deslocarem. E o que é que aconteceu? E agora até está previsto o encerramento das urgências pediátricas e com certeza também das consultas. Não sei o que irá ser deste Hospital. Penso que este não é o momento, na nossa opinião, de nos resignarmos e eu acho que também não podemos passivamente passar à margem do que se está a passar em relação ao nosso Hospital. Pensamos e consideramos que esta Assembleia tem a obrigação, com base no seu património, defender o nosso Hospital e do papel que deverá ter nos interesses mais profundos das populações, ou seja, a necessidade de melhores cuidados de saúde e de proximidade. Coloco aqui este meu problema e esta minha preocupação, penso que seria de grande importância da parte do Senhor Presidente da Câmara, mas também dos Deputados do Partido Socialista e PSD, concretamente Helena Terra e Hermínio Loureiro, que fazem parte desta Assembleia Municipal, de alguma forma não só denunciar esta situação mas pedir esclarecimentos ao Ministro da Tutela o que está previsto objectivamente quanto ao futuro deste Hospital. E é isso que me preocupa. Pela nossa parte, como sempre, vamos intervir na defesa das valências do Hospital de S. Miguel, vamos pautar a nossa intervenção por mais investimento neste Hospital, no sentido de garantir uma melhor qualidade na prestação dos cuidados de saúde à população, que eles bem necessitam. Podem contar connosco. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa noite. Saudações especiais para a Cruz Vermelha Portuguesa e em particular também para o Núcleo de Oliveira de Azeméis. A razão que me trás aqui é falar sobre

dois assuntos: um deles, finalmente o Parque Molinológico está cá fora, está disponível, está à disposição de todo o País, de todos os Portugueses e também à disposição de todos os Oliveirenses; e, falar também do Parque de La-Salette mais uma vez. Volto a trazer cá a esta sala a pessoa do Senhor Bento Carqueja, porque tenho a certeza de que ele estaria contente, às vezes mais, às vezes menos, com os Oliveirenses, mas ele quando dotou a nossa cidade de uma rede de abastecimento de água e de uma rede de iluminação pública, precisamente também há cem anos, ele acreditou na terra que o viu nascer, acreditou em todos os outros Oliveirenses, por isso cabe-nos a nós continuar com esse trabalho, que não vai acabar nos próximos dias, nos próximos anos, nas próximas décadas, pois Oliveira de Azeméis tem muito a fazer e vai com certeza continuar a fazê-lo. O Parque Molinológico, o exemplo de equipamento que tem por principal função salvaguardar e preservar a cultura, a etnografia, o trabalho das gentes de Oliveira de Azeméis, é um bom exemplo, é um excelente exemplo para a freguesia de Ul, um excelente exemplo para as freguesias que estão muito próximas dele e é um excelente exemplo para os Oliveirenses em geral. A comunicação social nacional esteve presente, a televisão nacional esteve presente, as rádios nacionais estiveram presentes, a imprensa escrita esteve presente, resta agora aos Oliveirenses também estarem presentes. Estarem presentes na salvaguarda, estarem presentes na manutenção, estarem presentes no cumprimento naquilo que cada um sabe, pode e deve fazer. Para a Câmara Municipal parabéns, um milhão e duzentos mil euros que foi investido nesse equipamento é bem-vindo, para uns muito, para outros pouco, mas são estas pequenas parcelas que permitem a uns acreditar que se está a fazer alguma coisa e a outros dizer que nada se está a fazer. Em relação ao Parque de La-Salette, 07 de Abril já passou, o dia do centenário já passou, mas novamente muito temos que fazer. Todos nós, sejam os Oliveirenses da freguesia de Oliveira de Azeméis, sejam os Oliveirenses de todo o concelho de Oliveira de Azeméis. Muito falta fazer, se cada um fizer um bocadinho, muito vamos conseguir fazer. Hoje a esta Assembleia vem um ponto que chama a atenção para a importância, ao nível da Área Metropolitana a que pertencemos, dos parques verdes e eu chamava a atenção para que todos estes equipamentos, seja o Parque de La-Salette, seja a área envolvente, sejam as bacias do Antuã e bacias do Rio Ul e dos outros rios que passam pelo nosso concelho, tudo temos que fazer e tudo devemos fazer para mantermos, preservamos e melhorarmos todas as mais-valias de que dispomos. Vamos continuar a trabalhar no Parque de La-Salette, vamos divulgar e participar no Parque Molinológico e todas as outras rodas que, sejam dos Moleiros ou sejam do trabalho de cada um, continuem a laborar para que Oliveira de Azeméis, e eu acredito, ainda possa ficar melhor. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Em primeiro lugar queria cumprimentar todos os Deputados e todos os presentes neste auditório. Vou procurar ser rápido, senão não vamos sair daqui tão cedo. Eu queria começar por falar relativamente à inauguração da Escola Superior de Enfermagem e fazer um bocadinho de história relativamente à Escola de Enfermagem. A Escola de Enfermagem começou com o Núcleo da Cruz Vermelha que existia em Oliveira de Azeméis e que teve uma pequena clínica ou dois consultórios em Adães, começou por aí. Nós depois sonhamos mais alto e começamos a trabalhar no sentido de trazer para Oliveira de Azeméis uma Escola Superior de Enfermagem. Não pensávamos que tantas dificuldades nos eram colocadas. Para conseguirmos a aprovação da criação da Escola, a Câmara Municipal teve que se responsabilizar pela viabilidade económica dessa Escola, teve que passar um documento a responsabilizar-se pela viabilidade dessa Escola. Foi andando, arrancou, foi inaugurada, começou a funcionar.

Intervimos e fizemos obras na Escola Bento Carqueja, fizemos algumas beneficiações porque a Escola não estava em condições para se dar aulas. Foi um projecto, que hoje dá bastante prazer em ver que Oliveira de Azeméis conseguiu esta Escola e com esta qualidade. Relativamente à Escola Superior de Saúde, é a segunda fase, em que a Câmara Municipal também tem algo a dizer e tem algo a gastar, tem algum dinheiro a gastar. Há aqui alguns terrenos na periferia que são do Instituto de Estradas de Portugal, em que praticamente está assegurado, só nos falta vir a proposta de Almada para nós podermos fazer a escritura dos terrenos, porque nós já temos a certeza que eles nos são vendidos. Portanto, são mais uns terrenos que vamos ceder para a segunda fase, porque esta construção é a primeira fase, falta a segunda fase e para essa segunda fase nós estamos a preparar tudo, estamos a preparar os terrenos para ser possível à Cruz Vermelha arrancar com as obras o mais rápido possível. Relativamente ao Pólo da Universidade de Aveiro Norte, por acaso amanhã tenho uma reunião com a Universidade de Aveiro e com a Área Metropolitana do Porto, porque a nossa participação vai ser através da contratualização que temos através da Grande Área Metropolitana do Porto. Por isso vamos discutir e vamos arrancar nós mesmo com a obra. Isto não tem evoluído, sabemos as dificuldades que as Universidades têm hoje, sabemos tudo isso e se ficarmos à espera que eles tenham dinheiro para fazer a Escola Superior, tão cedo não teremos. Nós queremos que o QREN seja o motor do arranque da Escola Superior Aveiro Norte. Ela continua a funcionar com os CET's e com dois Cursos de Engenharia, mas nós também queremos libertarmo-nos das rendas, porque custa-nos muito o que pagamos ao Rainha. Relativamente à intervenção da Dra. Helena Terra, eu queria-lhe dizer o seguinte: eu também gostava de ver a garra que a Senhora Dra. tem noutra sector e no sector que é o Centro de Saúde. E como sabe há agora uma reestruturação muito grande nos Centros de Saúde, por causa das unidades, em que vai haver uma reestruturação e se calhar vamos ter que aproveitar a Antiga Escola Industrial ou a Escola Bento Carqueja, quando ela ficar livre porque se calhar parte do nosso Centro de Saúde vai funcionar lá. Tivemos uma reunião na semana passada com o Dr. Virgílio e com a Dra. que é do Porto e que anda a fazer estes estudos e este acompanhamento, Oliveira de Azeméis vai ter aqui uma sede do Centro de Saúde, mas não temos condições. O nosso Centro de Saúde não tem condições, está a degradar-se, está a ficar cada vez pior e o dinheiro que se vai gastar hoje será 25% ou 30% ou 40% acima do que é normal. Eu tomei atenção à proposta que fez relativamente aos apoios às famílias carenciadas e aos alunos carenciados, mas nós em parte já fazemos isso. Nós iremos com certeza estudar essa sua proposta, mas nós já damos o complemento da renda a muitos agregados familiares, desde que não tenham recursos financeiros que cheguem; nós pagamos alimentação e refeições aos alunos que não tenham condições. Tudo depende da análise que se faça, temos feito muito, sabemos e todos sabem que neste momento o número de pessoas carenciadas vai aumentando significativamente e põe-se um problema às Câmaras Municipais, em que as Câmaras Municipais estão a apoiar e não sei até que ponto as Câmaras Municipais podem dispor mais dinheiro do que estão já a disponibilizar, mas nós depois mostramos os números à Senhora Dra. e trazemos à Assembleia Municipal para conhecerem bem a realidade do nosso concelho. Relativamente aos subsídios dos Serviços Sociais, daqui a bocado o Dr. Rosa, dá-vos uma explicação sobre o que está em causa, o que está a ser alterado e qual será o futuro destes serviços sociais. Relativamente ao novo Hospital, como sabem os três hospitais estão unidos num só: Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis são um hospital, é o Hospital do Entre Douro e Vouga. Neste momento estão todos, praticamente todos, só menos o Hospital S. Sebastião, estão todos a sofrer alterações e remodelações, inclusive em termos de reprogramação do exercício da função deles. Não é verdade, aquilo que disse não é assim tão linear, que vão acabar coma Pediatria em Oliveira de Azeméis. Eu tive uma reunião ainda há pouco tempo com o Dr. Lima e ele diz que há algumas

coisas que se recuperaram relativamente, inclusive as consultas das crianças e se necessário algum internamento que já é possível. Ele comunicou-me isto na semana passada e nós vamos acreditando. Relativamente ao Parque de La-Salette, eu conheço o que foi feito, fez-se um trabalho espectacular, tem-se melhorado muito o nosso Parque de La-Salette. O Parque Molinológico demorou um bocado de tempo, foi muito difícil a negociação com Moleiros, meteu muita gente, porque este é um projecto que abarca muita gente, há particulares também a trabalhar neste projecto, mas que o que está feito e o que foi inaugurado é de grande qualidade e tem tido um número de visitas espectacular, tem tido visitas durante o sábado, ou sexta-feira de tarde, de centenas e centenas, senão milhares, de alunos de escolas. Por isso valeu a pena o que se gastou ali. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal relativamente à transferência de subsídios para os Serviços Sociais do Pessoal do Município de Oliveira de Azeméis. =====

===== Muito boa noite. A respeito da questão, eu peço desculpa não ouvi integralmente, mas creio que entendi a orientação da questão colocada. A Dra. Helena Terra manifestava aqui a preocupação de uma suposta interrupção da Câmara Municipal relativamente aos apoios concedidos aos Serviços Sociais do Pessoal do Município. Importa, de facto, clarificar a Assembleia e sobretudo clarificar aqui a comunidade, uma vez que os próprios Serviços Sociais estão perfeitamente detentores de toda a informação, nomeadamente a sua Direcção. Já de há diversos anos a esta parte, anualmente, a Câmara Municipal tem vindo a estabelecer conversações com os Serviços Sociais, no sentido de ajustar aquilo que eram as participações da Câmara à sua actividade, que posso dizer-vos que há oito, dez anos, se cifravam numa percentagem de 16% sobre a massa salarial, que se evidenciava, por um lado, claramente excessivo para aquilo que era a capacidade do Município; e, por outro, também desajustado em relação àquilo que eram as reais necessidades dos Serviços Sociais. E, portanto, anualmente temos vindo a proceder a negociações com os Serviços Sociais, tanto mais que no passado mais recente foi feito um esforço por parte dos diversos Municípios do Entre o Douro e Vouga, particularmente, enfim em procurar de algum modo harmonizar as práticas para com os Serviços Sociais dos seus funcionários. Actualmente a taxa de participação do Município está em 5% da massa salarial, portanto substancialmente diferente daquilo que era a realidade. Acresce a isto um facto que não poderia de todo deixar de ser considerado, é que com o recurso à operação de saneamento financeiro, a Câmara Municipal em Dezembro passado liquidou aos Serviços Sociais qualquer coisa como dois milhões de euros, sendo que estes foram parcialmente, cerca de seiscentos mil euros, para liquidação de uma operação bancária, que eles tinham recorrido, portanto cessão de créditos, e o restante um milhão e quatrocentos mil, falando aqui em termos arredondados, seriam para a liquidez dos Serviços Sociais. Pareceu-nos de boa gestão, naturalmente, sentarmo-nos de novo e procurarmos encontrar uma plataforma de entendimento para concretamente o presente ano 2009. Acresce ainda a isto também, que eu penso que é importante referir, que tem sido um esforço da Câmara Municipal nos últimos anos conceder aos Serviços Sociais também a capacidade deles próprios promoverem a sua autonomia, autonomização financeira, não autonomia integral, mas a sua autonomização. Prova disso, foi o protocolo feito com os mesmos para a exploração da cafetaria do bar das piscinas municipais, que neste momento ainda não estão em funcionamento, mas que virão a estar, e, portanto é essa a abordagem que neste momento está a ser feita também com a Direcção actual, no sentido de que para o presente ano encontremos uma fórmula de

financiamento que não seja forçosamente pela via financeira, até porque há outras aspirações dos próprios Serviços, que são altamente relevantes como o espaço para o seu funcionamento, etc., e que a Câmara poderá de algum modo vir a ajudar a suprir esta necessidade, sem ter que fazer um esforço financeiro, uma vez que, enfim, a capacidade e o desafogo financeiro dos Serviços Sociais neste momento não será com certeza um problema. Obviamente que isto são negociações que normalmente têm que acontecer e que aqui um ponto de honra, que está e será sempre assegurado, é que a viabilidade dos Serviços Sociais nunca está colocada em causa, obviamente. Portanto, é este espírito que preside a esta negociação, que neste momento ainda não está integralmente fechada, mas há inclusive já um acordo de princípio com a Direcção, naturalmente que não será ainda do domínio de todos os associados, mas eu creio que dentro de dias há condições para que venha a ser. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana de Jesus, do PS, que disse: =====

===== Boa noite. Senhor Presidente, hoje a minha intervenção prende-se com desporto, mais concretamente com atletismo. Foram entregues recentemente os prémios aos vencedores do VII Circuito de Atletismo do nosso Município. Uma prova que reúne um número cada vez maior de participantes e onde os atletas das nossas associações arrecadaram vinte e quatro pódios. No âmbito destas comemorações, o Senhor Vereador Dr. António Rosa, afirmou que o atletismo no concelho é já um fenómeno desportivo. Paulo Ferreira, enalteceu a organização, enalteceu o facto de Oliveira de Azeméis ser o segundo concelho com o maior número de atletas inscritos na Associação de Atletismo de Aveiro, mas reiterou a necessidade de uma pista de atletismo para o nosso concelho, referindo ainda e passo a citar “com melhores condições todos melhoraríamos e poderíamos também apresentar melhores resultados”. Efectivamente, Senhor Vereador e Senhor Presidente, o atletismo já é no nosso concelho um fenómeno desportivo há muito tempo. Talvez tenha sido por isso que nas últimas eleições autárquicas foi promessa do PSD, repetida até à exaustão, a construção de uma pista de atletismo para Oliveira de Azeméis. Quem de nós não recorda tal anúncio em todos os jantares promovidos pelas Associações, no momento dos discursos políticos? Quem de nós não se recorda de ouvir o Senhor Presidente, em Novembro de 2005, dizer e passo a citar “estamos em querer que até ao final deste ano já esteja definido o local” e ainda que “em Janeiro seguinte a pista seria uma realidade no nosso concelho”? Decorridos quatro anos, não temos pista e nem sequer o local definido para ela. Todos lemos recentemente de que Arouca vai avançar com a construção de uma pista de atletismo. Senhor Presidente e Senhor Vereador, se existem exemplos de concelhos onde o atletismo não é um fenómeno, Arouca será com certeza um desses. Como dou sempre de barato os exageros das campanhas eleitorais, fui deixando decorrer o tempo sem nunca fazer uma intervenção sobre este assunto, acreditando que o PSD não poderia deixar cair em saco roto tal bandeira eleitoral. Enganei-me. O PSD enganou os Directores das Associações dedicadas ao atletismo, enganou os atletas que anseiam e ansiaram sempre por melhores condições de treino, que, não obstante de não as ter, dão a oportunidade aos políticos de aparecerem na fotografia no momento da entrega da taça, esses mesmos políticos que prometeram e não cumpriram. Quatro anos já se perderam, novas eleições estão à porta. Espero que desta vez sintamo-nos mais comprometidos com as promessas que vamos fazer. Os atletas não precisam de rios de tinta gastos na divulgação das promessas, precisam de políticos sérios, determinados e realizadores de obra, sem definições até na escolha do local da pista de atletismo, pois o mal, Senhor Presidente, não é ter a pista na freguesia A e não a ter na freguesia B, mau é não ter pista de atletismo em Oliveira de Azeméis. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD.* =====

===== *Com base numa acusação anónima, que despoletou um processo judicial ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Ápio Assunção, veio o Partido Socialista mesmo antes da justiça funcionar pedir a cabeça do dirigente máximo do Município dizendo na altura que o mesmo não teria condições para continuar à frente dos destinos da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Aliás, isso mesmo está documentado pela imprensa diária e não diária. Por analogia, quando começaram a sair as notícias que envolvem o Senhor Primeiro-Ministro no caso Freeport, com base em denúncia anónima, não se ouviu sensatamente nem o PSD nacional, nem o PSD local, a insinuar que o Senhor Eng.º José Sócrates se deveria demitir por não ter condições para continuar à frente dos destinos do País e nisso penso que estamos de acordo, o PSD esteve bem. Mas pela mesma lógica o Partido Socialista, pelo menos o Partido Socialista local deveria ter convocado uma rápida conferência de imprensa a pedir a demissão do Senhor Primeiro-Ministro, por força de razão andou mal. Arranjou neste pretexto um modo de denegrir a imagem do Senhor Presidente e da Câmara Municipal no seu todo. Uma actuação que vem sendo imagem de marca deste Partido Político com assento nesta Assembleia, nesta como em outras situações, em que coloca em causa não apenas quem dirige os destinos do Município, como de Oliveira de Azeméis no seu todo. Outra foi porém a postura de outras forças políticas, nomeadamente o CDS/PP que entendeu e bem que se deveria aguardar pelas decisões da justiça. Mesmo depois de ter sido proferida uma primeira sentença, ainda que não tivesse transitado em julgado, continua o Partido Socialista com a sua campanha demagógica, querendo até desdizer o que efectivamente tinha afirmado e estava documentado. Saiu agora a decisão do Tribunal da Relação do Porto, que confirma a decisão tomada em 1.ª Instância, ou seja, a da confirmação da absolvição do Senhor Presidente da Câmara, dos actos de que era, como se veio a provar, injustamente acusado. Não teve o Partido Socialista a mesma celeridade em vir desmentir o que tinha afirmado logo nos momentos iniciais, bem pelo contrário. A tanta algazarra incontida e incontrolada, seguiu-se agora um silêncio comprometido e comprometedor. Infelizmente não ficamos admirados com esta sua atitude, ficava-lhes bem ter dado um passo em frente e reconhecer o erro em que precipitadamente incorreram. Não o fizeram e nisso mais uma vez andaram mal, mas deste PS não se espera outra coisa para nosso mal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS.* =====

===== *As minhas saudações a todos os presentes. Eu começo por saudar todo o Executivo Camarário pela inauguração do Parque Temático Molinológico de Ul, que apesar de ter surgido com vários anos de atraso, é obviamente uma obra que a todos orgulha. Julgo que tudo já foi dito pelo Arqt.º Jorge Rosa, importa agora concentrarmo-nos na sua dinamização, na sua promoção turística e naturalmente na sua conservação e manutenção. Senhor Presidente, eu gostaria de fazer algumas notas e a primeira delas vai para o programa Finicia, que foi apresentado em cerimónia pública promovida pela Autarquia, com toda a pompa e circunstância, como sendo um produto financeiro atractivo e inovador, que iria transformar o nosso centro urbano num centro comercial ao ar livre. A minha primeira questão prende-se com a avaliação do sucesso deste programa, que abrangia cinquenta e sete ruas do nosso centro urbano. Gostaria que nos informasse, Senhor Presidente, sobre o número de projectos que se encontram aprovados e destes quantos é que estão a ser implementados. Queria também fazer*

aqui alguns breves registos e o primeiro deles era para sublinhar, porque não se deve só sublinhar quando se ganha, quando se é vitorioso, sublinhar a excelente prestação da Equipa de Hóquei em Patins da União Desportiva Oliveirense, que apesar de não ter alcançado o sucesso que todos desejávamos, que era a conquista da Taça CERS, teve uma participação cívica e desportiva que muito nos honrou e que muito dignifica o concelho de Oliveira de Azeméis. Queria deixar também mais algumas notas e uma delas vai para uma Oliveirense Joana Costa que se sagrou campeã nacional de Karaté e para que os nossos votos de congratulação, os nossos elogios não sejam todos de índole desportiva, eu queria saudar a Escola EB 2/3 Dr. Ferreira da Silva, na IV Edição do REDEMAT, entre cerca de seiscentas equipas, que representavam cento e vinte escolas, consegui com os alunos do quinto e do oitavo ano, se não me engano, o primeiro lugar e julgo que foi inclusive a única escola do País que conseguiu esse feito. Está de parabéns toda a comunidade escolar, estão de parabéns os corpos directivos, professores, os alunos e os pais. E talvez tenhamos a oportunidade de recrutar entre esta gente alguns dos crânios que nos ajudarão a gerir melhor os recursos do nosso Município. Queria também deixar uma outra nota positiva para a iniciativa da empresa Gestamp, que distribuiu unidades didácticas e educativas pelas escolas do 1.º ciclo sobre a temática do ambiente. Reconhece esta empresa a importância do Ordenamento do Território, do respeito pelo meio ambiente, sendo obrigação do poder autárquico criar condições para que estas empresas cresçam e se envolvam no respeito por estes valores colectivos. Senhor Presidente, gostava que me esclarecesse ainda sobre o processo de aquisição dos terrenos para o Troço 03. É um processo no mínimo surrealista, que revela uma total falta de responsabilidade e uma enorme falta de coerência. Por iniciativa de V. Exas., foi discutida em reunião do Executivo a compra do terreno, tratava-se de mais um negócio fabuloso, que aliás é uma das imagens de marca, utilizando aqui uma expressão que o Prof. Isidro que vai deixar como legado, e dispenso-me de referir aqui outros negócios fabulosos e o PSD nessa reunião do Executivo aprovou por maioria a compra dos terrenos. Votou quem não devia, votou quem não leu, que não se apercebeu, enfim sem comentários, e então tivemos que votar de novo e V. Exa. com voto de qualidade tornou a revalidar a decisão inicial. Eis que chega um parecer jurídico, que normalmente V. Exas. só entendem como necessário depois de asneirarem grosseiramente e segue mais uma votação. Desta vez quem não devia votar não vota e quem devia votar não quer votar e ausenta-se da sala. Senhor Presidente, tivemos uma Assembleia Extraordinária para debater este assunto, Vs. Exas. não quiseram discuti-lo porque o negócio já estava consumado e era fabuloso. Estavam a dar € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) por um terreno que custava € 180.000,00 (cento e oitenta mil euros), mas entretanto o proprietário já tinha descido dos € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) para os € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros). Honestamente, pela primeira vez, fico satisfeito com a vossa incoerência, porque esta permitiu poupar ao Município e aos Oliveirenses mais de € 170.000,00 (cento e setenta mil euros). Agora o que não aceitamos é que queriam transformar esta vossa capacidade para gerir e fazer obra vitimizandose como já fez o Prof. Isidro, aliás é uma das suas marcas de imagem também, com desculpas que a obra não vai em frente porque o PS votou contra. O Prof. Isidro se estudasse minimamente os dossiers saberia que o Partido Socialista já na reunião do passado dia 21 apresentou uma proposta em sede do Executivo que permite a viabilização de todo este negócio. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta.

===== Cordiais saudações para todos vós. E as minhas primeiras palavras são para

saudar com muita amizade todos quantos gerem, trabalham e estudam nesta casa e desejar-lhes os maiores êxitos. Quero também felicitar a Cruz Vermelha Portuguesa e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pela qualidade desta obra que honra Oliveira de Azeméis. Desejo os maiores sucessos e os maiores êxitos para esta escola e que ela tenha um futuro excelente e longo. Venho novamente a esta Assembleia para falar do traçado IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis. Na última Assembleia Municipal vim aqui congratular-me pela aprovação pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) do traçado Alternativa 5A, naquilo que diz respeito as freguesias do Pinheiro da Bemposta e Palmaz. Também manifestei preocupação pela decisão que o poder político poderia ter, tendo em conta as pressões que iria ser alvo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha toda a razão quando disse que eu estava a ser optimista demais. Hoje, caros companheiros e amigos quero dizer-vos que estou deveras preocupado quanta a decisão que o Governo ira tomar quanta ao traçado definitivo do IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis. Temos conhecimento das várias acções que algumas pessoas da parte nascente da freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha tem feito junto de Entidades Estatais e Civis, como e o caso do Gabinete do Primeiro Ministro, dos Deputados da Assembleia da República, do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ambiente, do Meritíssimo Bispo de Aveiro, e outros, no sentido de pressionar o Governo a mudar a decisão que já foi tomada quanta ao traçado definitivo do IC1/A32. Foram feitas afirmações que puseram em causa a seriedade e a honestidade, nao só da autarquia do Pinheiro da Bemposta, mas também de Palmaz, deturpando a verdade dos factos. Foram utilizados todos os meios possíveis e imaginários, como foi o caso da comunicação social, mais propriamente a televisão, no caso a SIC que transmitiu manifestações orquestradas para mostrarem uma força ilusória. As razões que apontam não são credivéis e mostram interesses pessoais. Companheiros e amigos a mentira só dura enquanto a verdade não chega. Aquilo porque nos lutamos, não tem a ver, nem de perto, nem de longe, com quaisquer interesses pessoais, mas sim, com o futuro das nossas terras e das suas gentes. Estarmos sempre ao lado das populações, lutando com elas, para que tenham um futuro mais risonho, com uma melhor qualidade de vida para si e para os seus vindouros. É esta luta que nos move. Conto convosco nesta missão de todos, unidos seremos mais fortes para podermos defender a unidade do nosso concelho. Senhor Presidente da Câmara, companheiros e amigos quero aqui dizer-vos que a Junta de Freguesia de Pinheiro da Bemposta, em face de todas estas movimentações remeteu ao Sr. Primeiro Ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Ministro e Secretário de Estado do Ambiente um officio com o seguinte teor: "Tendo esta Autarquia tornado conhecimento das várias acções desencadeadas por parte de algumas pessoas da Vila da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, já que outras estão completamente em desacordo, quanto ao traçado do IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis, esta freguesia vem repudiar tais manifestações, tendo em conta os seguintes pressupostos: - A Declaração do Estudo de Impacte Ambiental aprova o traçado Alternativa 5A, na parte que diz respeito as freguesias de Pinheiro da Bemposta e Palmaz, rejeitando o traçado Solução 1 - Trecho 3, pois em termos ambientais seria profundamente gravoso. - A aprovação pelas Entidades Oficiais do traçado proposto pelo Estudo de Impacte Ambiental, isto é a Alternativa 5 A. - A aprovação por todas as freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis que votaram unanimemente o traçado Alternativa 5A. - A Vila de Pinheiro da Bemposta e as suas gentes seriam gravemente afectadas e seria posto em causa o seu futuro conforme se comprova através do Estudo de Impacte Ambiental que rejeita com toda a clarividência o traçado Solução 1 - Trecho 3. Perante o acima exposto e tendo em conta o bom senso e a decisão do Governo presidido por Vossa Excelência que irá manter com toda a segurança o traçado Alternativa 5A, conforme a Declaração Ambiental. Se o Governo entender mudar o que já aprovou, então não nos resta outra alternativa que não seja mobilizar não só a

comunidade Pinheirense, mas toda a população do concelho de Oliveira de Azeméis para desencadear as acções que forem necessárias de forma a repor a legalidade." Meus amigos, queria também dizer-vos que na passada segunda-feira a Assembleia de Freguesia de Pinheiro da Bemposta aprovou novamente por unanimidade o traçado Alternativa 5A, rejeitando todas as acções desencadeadas pelo movimento da freguesia da Branca. Senhor Presidente da Assembleia Municipal perante estes factos vou entregar-lhe pessoalmente uma proposta para que leia a esta Assembleia, para aceitação, discussão e votação. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== O Senhor António Nobre, apresentou à Mesa a seguinte proposta: "Considerando a construção do IC2/A32, uma via estruturante muito importante para o concelho de Oliveira de Azeméis; Considerando a decisão de todas as freguesias do concelho por onde passa o IC2/A32, que aprovaram por unanimidade o traçado Alternativa 5ª; Considerando que o Estudo de Impacte Ambiental aprova o traçado Alternativa 5ª, rejeitando o traçado Solução 1 – Trecho 3, pois em termos ambientais seria profundamente gravoso; Considerando a aprovação pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) do traçado Alternativa 5ª como o melhor e o mais favorável; Considerando que a Vila de Pinheiro da Bemposta e as suas gentes seriam gravemente afectadas e seria posto em causa o seu futuro conforme se comprova através do Estudo de Impacte Ambiental que rejeita com toda a clarividência o traçado Solução 1 – Trecho 3. – Considerando as fortes pressões que alguns habitantes da freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha estão a fazer sobre o poder político de forma a alterar uma decisão já tomada quanto ao traçado do IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis, proponho: Que esta Assembleia Municipal delibere dar o seu apoio incondicional ao traçado Alternativa 5A". ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Bom, relativamente à intervenção da Dra. Ana de Jesus, eu queria-lhe dizer que se a Senhora quer uma pista de atletismo não a quer mais do que eu. Eu tenho a certeza absoluta que todos os Governantes deste País e do Mundo não conseguem todos os objectivos que perseguem. Este objectivo eu não consegui, algo levou a eu não conseguir fazer a pista. É natural que tivesse dinheiro a mais, ou que não tivesse terreno, ou dificuldades para executar esta pista. Por isso mesmo, eu analiso-me aqui assim perante vós porque não fiz a pista, mas fiz muitas outras obras e de certeza que essas também estavam no plano, esta não consegui. Relativamente à intervenção do Dr. Isidro Figueiredo, não tenho nada a dizer. Em relação à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge, eu daqui a um bocado vou dar a palavra ao Dr. António Rosa para ele dar uma explicação sobre o programa Finicia, mas eu queria dizer que sobre o Troço 03 nós tomamos as posições que devíamos tomar e estamos conscientes de que tomamos as posições que politicamente devíamos tomar. Eu queria dizer aqui que também o Vereador Dr. Manuel Alberto fez-nos uma sugestão por escrito para nós fazermos uma comissão e fazer uma avaliação. Isso já está feito, vamos fazer a avaliação, são três técnicos que vão fazer a avaliação e depois a Câmara Municipal irá tomar a decisão que entender relativamente à aquisição ou não. Sobre o traçado do IC2 para sul, eu queria-vos dizer que eu estou também dentro desta problemática, tenho sido ouvido e também tenho-me deslocado a Lisboa relativamente a este traçado. A mim tranquilizaram-me na última vez em que eu fui, com o traçado a seguir pela Branca. Inclusive eu levei ao Instituto de Estradas um panfleto que eu apanhei na Branca para verem o que eles andavam a fazer, eles viram e ficaram com o panfleto. Eu estou convencido que

o traçado que estava aprovado, vai continuar a estar aprovado, que não vai haver alterações. Estou convencido disso e por aquilo que o Secretário de Estado também me informou de certeza que o 5A é o que vai valer. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia relativamente ao Programa Finicia. =====

===== Relativamente ao Projecto Finicia, naturalmente que a Câmara Municipal quando aderiu a este projecto, a este programa melhor dito, que é um programa que acontece em pareceria com cinco entidades fê-lo, como muito bem disse o Eng.º Joaquim Jorge e melhor eu não conseguiria dizer, com um propósito: por um lado, apoiar novos projectos de investimento e, por outro lado, passar uma mensagem, eu diria assim, aos promotores, aos potenciais promotores, no sentido de incentivar com este apoio o investimento numa determinada área geográfica, concretamente o centro urbano da cidade de Oliveira de Azeméis. Eu recordo telegraficamente que este é um fundo, digamos assim, constituído em que a Câmara Municipal assegura o financiamento em 20% nos projectos e uma entidade bancária, neste caso o BPI, em 80%, sendo que a sua componente inclusive é assegurada por uma sociedade de garantia mútua, é imparcialmente. Isto para dizer o quê? Inicialmente foi esta a configuração do fundo, há um ano sensivelmente, um ano e qualquer coisa, a Câmara Municipal entendeu face àquilo que era a adesão por parte de potenciais promotores, que lamentavelmente não foi da dimensão que esperávamos que fosse, decidimos então, dizia eu, alargar o âmbito de apoio deste fundo a todo o Município de Oliveira de Azeméis. Importa, portanto, neste momento fazer uma informação sobre aquilo que foi a concretização prática deste fundo. Como referi, lamentavelmente no primeiro ano de vigência a adesão por parte de projectos aprovados não foi tão elevada quanto gostaríamos, quanto gostaríamos e quanto, creio eu, fizemos por isso. Reparem que o financiamento da Câmara Municipal, inclusive por vontade própria da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, porque não tinha que assim ser, consta de um fundo ou de um financiamento que pode ser reembolsável a custo zero, mas que pode ser convertido e não reembolsável, cumprido um conjunto de requisitos. Portanto, significa que isto era efectivamente um subsídio da Câmara Municipal para projectos cujo mérito fosse reconhecido pela própria Câmara. A taxa de adesão, como referi, não foi até ao momento satisfatória, não significa com isto que não continuemos a acreditar que este projecto é efectivamente um projecto que possa ter potencial para concretização de pequenos projectos. Temos procurado ir nós, Câmara Municipal e os nossos Técnicos de encontro aos próprios promotores, no sentido dos sensibilizarmos porque muitas vezes os projectos até acontecem, até existem, mas não há sensibilidade dos promotores para estas fontes de financiamento. Até ao momento tivemos um único projecto que foi apreciado e que foi submetido a deliberação dos parceiros, mas como uma das prerrogativas de fundo é que tem que haver unanimidade de todos os parceiros, pese embora o parecer da Câmara Municipal relativamente ao projecto em causa tenha sido positivo, bem como os dos restantes parceiros institucionais, a entidade financeira entendeu por bem não dar aprovação ao referido projecto, à avaliação feita para o mesmo. Portanto, neste momento a estatística é esta: efectivamente há um projecto, que foi reprovado e creio que temos mais dois ou três projectos que estão a ser trabalhados entre os técnicos da Câmara Municipal e os potenciais promotores. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

=====*Boa noite a todos. Pelo segundo ano consecutivo decorreu entre os dias 04 e 08 de Abril o Concurso Nacional de Música Terras de La-Salette para Instrumentos de Sopros. Esta iniciativa inicialmente de carácter local, pelo êxito alcançado e pelo interesse demonstrado foi alargado a nível nacional, que continua com elevado sucesso, prova disso foi a participação este ano que contou com trezentos e quarenta concorrentes de noventa e nove Municípios, incluindo as Ilhas. De notar que este concurso teve e tem a particularidade dos concorrentes serem todos jovens, com idades entre os nove e os vinte e seis anos. A opinião é unânime em classificar esta iniciativa levada a cabo pela Autarquia, em parceria com a FAMOA e com a colaboração de muitas instituições do concelho, de elevado nível e colocando já como uma referência no mundo artístico, em particular na música. Assim sendo, estas iniciativas não devem ser abandonadas, mas sim mais cuidadas para que nos próximos anos possamos ver que Oliveira de Azeméis continua a apostar na juventude e na cultura em particular. Com um pequeno investimento, como é o caso, consegue-se promover eventos de grande qualidade que muitas vezes passam despercebidos aos críticos, pois mais uma vez não marcaram a sua presença. Muito obrigado.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.*=====

=====*Muito boa noite. Vou procurar ser breve, uma das questões que me trazia aqui tinha a ver concretamente com a A32. O Partido Socialista foi, já no passado, no que diz respeito ao traço norte, Oliveira de Azeméis/Porto, a primeira força política a manifestar-se sobre um traçado, nessa altura juntamente com a grande maioria das Juntas de Freguesia, à excepção de Macieira de Sarnes, estivemos ao lado do traçado que veio a ser aprovado e que melhor defendia os interesses de Oliveira de Azeméis no nosso entender. Já nessa altura, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis foi a reboque de S. João da Madeira. Ainda bem que na altura as pretensões da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não vingaram. E no que diz respeito ao traçado para sul, nomeadamente para Coimbra, também fomos a primeira força política a manifestar-se concretamente em relação ao traçado e qual a nossa opção estratégica em relação a este traçado. Felizmente agora e creio que em Assembleias Municipais anteriores isso foi patente, o concelho, o Município, os Órgãos Políticos estão unidos na defesa de um traçado. Mas aquilo que eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente aqui, é que tenho lido imensas atrocidades ditas por responsáveis políticos e outros nem tanto, mas da freguesia da Branca e há uma afirmação que para mim é completamente inaceitável. Há responsáveis políticos da Branca que dizem que “o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis está do nosso lado”, isto está escrito nos jornais, vem na imprensa, foi dito pelos responsáveis da Branca na Assembleia da República em reuniões com os Líderes dos Grupos Parlamentares e é legítimo estar ao lado dos interesses da Branca, eu não tento quarter as pretensões da Branca, é legítimo, mas isso é estar contra os interesses de Oliveira de Azeméis, por aquilo que ouvimos aqui nas declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. O que eu pergunto, Senhor Presidente, é que nos diga a todos, aqui, que isso são completas atrocidades ditas por responsáveis políticos da Branca. Era necessário que isso ficasse esclarecido e para que não andem a utilizar o nome do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para fins políticos e para defesa de interesses que não são os nossos. É legítimo que eles defendam os deles, não os defendam é com as nossas armas. Isto era o que eu tinha a dizer em relação à A32. Registei também aqui com agrado esta posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira der Azeméis, no que diz respeito à humildade com que reconheceu e vai aceitar as propostas do Partido Socialista no que diz*

respeito à criação da dita comissão de avaliação de terrenos, para que de uma vez por todas e de forma clara e transparente resolver a questão do Troço 03. Não é como o Prof. Isidro diz, que nós estamos a bloquear o que quer que seja, nós apresentamos a solução em nosso entender correcta e pelos visto tanto é correcta que a Câmara Municipal a vai aceitar, para resolver esta questão, este diferendo. Agora só tenho pena, Senhor Presidente, é que tenha feito essa dita comissão quando ela foi proposta inicialmente em 2005, para avaliar todos os terrenos de então até agora e se isso tivesse sido feito o Senhor Presidente se calhar tinha evitado um pedido de desculpas a esta Assembleia. Pediu desculpas aqui, e bem, por não ter conseguido a pista de atletismo, agora estou certo que se tivesse tomado essa medida em 2005, de criar essa dita comissão tinha poupado muito dinheiro ao erário público e tinha conseguido construído a pista de atletismo. Era só. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Paulo Ferreira, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Hoje venho aqui a esta Assembleia para me congratular com a realização do I Congresso Municipal do Desporto. Acho que foi uma excelente iniciativa da Câmara Municipal que decorreu na Estalagem de S. Miguel. É uma iniciativa quanto a mim que tem pernas para andar no concelho, é muito bom para todos os Clubes do concelho irem dizer o que fazem e reivindicar o que acham que devem reivindicar. Para essa realização tenho também que louvar muito o Gabinete de Desporto da Câmara Municipal que fez um trabalho excelente. Agora também quero reivindicar um pouco à comunicação social do concelho, que acho que não deu a cobertura correcta a um evento deste tamanho. A comunicação social do concelho poderia ter dado mais destaque a um evento deste nível e com tantas associações desportivas como nós temos, acho que merecíamos mais. Quanto à Câmara Municipal, foi o primeiro ano, da minha parte acho que correu muito bem, mas há muita coisa que se pode também melhorar e nas conclusões finais estava lá o Senhor Vereador do Desporto e ouviu algumas dessas reivindicações das associações, que é principalmente na divulgação do evento, que estava pouco divulgado e a Câmara Municipal tem muitos meios para divulgar uma iniciativa com esta grandeza, que é o desporto em Oliveira de Azeméis e que poderia ser uma coisa ainda muito maior. Espero que no próximo ano haja outra vez o Congresso de Desporto e que nós consigamos divulgar mais e com mais tempo, para que mais gente vá a esse Congresso onde todas as associações do concelho se mostraram e mostraram o que fazem. Aconselhava toda a gente a ir, porque vê-se que no concelho se faz muito pelo desporto. Já agora que falaram de atletismo, eu não podia deixar de falar. Falaram em pista de atletismo e em atletismo, eu já evito em falar nisso, mas hoje vejo que todo o concelho está mobilizado para que isso seja uma realidade e espero que a Câmara Municipal também se aperceba que isso é uma necessidade e que deve avançar, porque se há dinheiro para tantas coisas também deverá haver para esta. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Não houve aqui questões concretas, penso que já esclareci tudo nas intervenções anteriores. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, para defesa da Honra. =====

=====
Eu relembro, entre outras coisas, a Agência Lusa de 04 de Junho de 2007, para que a memória não me atraçoasse acabei de consultar. Nessa altura e na circunstância, e note-se, muito importante, depois do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Senhor Ápio Assunção, haver sido constituído arguido num processo de inquérito que corria termos nos Serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Oliveira de Azeméis, numa conferência de imprensa a esse propósito fiz questão de salientar o seguinte: “à justiça o que é da justiça, há política o que é da política”. Lembrei nessa altura e passo a citar “O Dr. Marques Mendes por inúmeras vezes referiu que os Presidentes de Câmara constituídos arguidos”, e lembre-se na altura, em Junho de 2007, o Dr. Marques Mendes era o Presidente do Partido Social Democrata, dizia ele “todos os Presidentes de Câmara constituídos arguidos se devem demitir” e dizia isto a propósito da situação do Eng.º Carmona Rodrigues, em Lisboa. Ora bom, isto foi o que foi dito na circunstância por mim própria, na qualidade de Presidente da Concelhia do PS de Oliveira de Azeméis. Quero referir o seguinte: quanto à decisão do Tribunal da Relação, não vou comentar por um simples motivo: porque eu não consigo, já disse isso por diversas vezes, libertar-me duma veste preta que uso no exercício da profissão que abracei que é a advocacia, estando aqui numa outra qualidade, não consigo despir-me da outra com a mesma facilidade que alguns colegas meus de profissão, ou melhor, ex-colegas de profissão o fazem. E, portanto, quero dizer o seguinte: quanto à decisão do Tribunal da Relação do Porto, não comento esta como não comentarei nenhuma, decide quem pode, decidiu quem deve e, portanto, fez com certeza a justiça que a prova carreada para os autos permitiu fazer, ponto final, parágrafo. É bom sinal, significa que continuamos a viver num Estado de Direito Democrático e que as instituições funcionaram, ponto. É o único comentário que me ocorre a este propósito. Quanto aos juízos políticos que foram feitos em sede própria, quero dizer ao Prof. Isidro Figueiredo o seguinte: aquilo que aqui veio dizer hoje escusava de o fazer, porque nós todos, pelo menos eu, tenho o cuidado de ler a imprensa não só nacional mas sobretudo a imprensa local e aquilo que o Prof. Isidro Figueiredo disse eu já tinha podido ler num artigo de opinião, que responsabiliza naturalmente quem o subscreve e assina. Convém que nós não confundamos aquilo que não é confundível e eu quero-lhe dizer o seguinte: relativamente à situação que pareceu para si e pelos vistos para outras pessoas dissimilitude, quero-lhe dizer que não é. No que toca àquilo que a Concelhia do PS de Oliveira de Azeméis fez na altura, foi no dia 04 de Junho de 2007, relativamente àquela que era a posição de arguido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Ápio Assunção, em nada tem a ver com aquilo que hoje é uma novela mais ou menos animada, que vai animando alguns órgãos de comunicação social, se não todos, que vai alimentando páginas de jornais, e quero dizer que a esse propósito não é do conhecimento público, pelo menos do meu e não é do conhecimento público que o Senhor Eng.º José Sócrates alguma vez tenha sido sequer chamado, numa qualquer qualidade ainda que fosse na de testemunha, a depor em algum inquérito judicial em curso. Portanto, Senhor Prof. apenas e só para lhe dizer o seguinte: as coisas não são aquilo que parecem e nem sempre são aquilo que nós gostávamos que fossem, mas há uma coisa que nós não podemos fazer para tentar tornar com que elas sejam aquilo que nós optaríamos que fossem, é confundir aquilo que não é confundível. No que toca a comportamentos lamentáveis, permito-me só lembrar do seguinte: lamentável continua a ser aquilo que hoje e agora se pode consultar no site das Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que é destinado a notícias do concelho e bem, e com esse seu fim objectivo, tem, como devia ter porque é notícia, a notícia da absolvição do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis por Acórdão, não sabemos sequer ainda se transitou em julgado, porque depende da matéria que tenha conhecido e eu confesso que não conheço a matéria que conheceu, passo o pleonasma e a redundância, isto sim é notícia; o que não é notícia, é lamentável, está mal e é inaceitável, é que o site oficial da

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis sirva para propagandear a opinião de um qualquer Partido Político, ainda que seja a do PSD, sobre as opiniões emitidas em tempo n, em sede própria e no momento próprio por um qualquer Partido da Oposição, neste caso pelo Partido Socialista. O site da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é para ter notícias do concelho, aquilo que é a opinião de um qualquer cidadão ou militante não constam do site oficial da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, pode ser feito publicar num qualquer órgão de imprensa regional que aceite publicá-lo desde que sob a responsabilidade do seu autor. Como lhe dizia, no que toca a lamentável, isto sim é verdadeiramente lamentável e permito-me concluir da mesma forma que concluiu se me permite citá-lo “mas a isto e a este PSD também já estamos habituados”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, para dar explicações relativamente à defesa de honra da Senhora Dra. Helena Terra.* =====

===== *Senhor Presidente, sobre esta matéria eu acho que já fomos suficientemente claros sobre o assunto. Também me parece que fugir, eu ia dizer que fugir com o rabo à seringa, também não é forma de responder até porque objectivamente a questão é esta: o PS andou mal, difamou, caluniou o Senhor Presidente da Câmara e não teve nem a coragem, nem a humildade, nem a hombridade de vir cá dizer “nós erramos, andamos mal, pedimos desculpa”. Ficava tão bem e neste sentido eu não queria voltar a falar nesta matéria, porque acho que é uma matéria, até do ponto de vista pessoal da pessoa que é atingida e que está aqui presente, não merece que nós estejamos sequer a alimentar esta questão. Porém, do ponto de vista político e foi sobre esse ponto de vista que eu me pronunciei, que entendi que estiveram mal. Aliás, registo com algum agrado algumas cambalhotas que hoje aqui foram dadas, de resto eu queria dizer que registo com agrado a cambalhota dada a propósito, por exemplo, da Gestamp, que ainda há bem pouco tempo nós tivemos que votar uma margem de acerto e o PS votou contra e hoje vem elogiar a acção da Gestamp. Muito bem, parabéns, mas podiam ter feito o mesmo em outras matérias e não o fizeram, perderam uma boa oportunidade e nisso mais uma vez andaram mal.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Vamos então agora começar pelos votos de louvor. Um, foi apresentado pelo Partido Socialista, que passo a ler: “O Partido Socialista manifesta ao Escritor/Poeta Luís Aguiar o seu profundo reconhecimento pela obtenção de mais um prémio de poesia, desta feita o 1.º prémio de um concurso decorrido no Município de Matosinhos com a obra “Matosinhos Quebrantada”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Escritor/Poeta Luís Aguiar, pela obtenção de mais um prémio de poesia, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia continuou a apresentação dos votos de louvor:* =====

===== *Depois há também outro voto de louvor apresentado pelo Partido Socialista e que passo a ler: “O Partido Socialista manifesta à jovem Oliveirense Ana Francisca Ferreira Bastos, o seu profundo reconhecimento pela obtenção do 2.º prémio no II Concurso Nacional Sopros Terras de La-Salette cuja final decorreu em Oliveira de Azeméis. De realçar que esta*

jovem Oliveirense estando prestes a concluir com enorme sucesso o 12.º ano na área de formação musical em Viana do Castelo iniciou a sua formação na Escola da Banda de Música de Loureiro, banda cujas fileiras ainda integra”. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor à jovem Oliveirense Ana Francisca Ferreira Bastos, pela obtenção do 2.º prémio no II Concurso Nacional Sopros Terras de La-Salette, cuja final decorreu em Oliveira de Azeméis, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou: =====

===== Relativamente à música há também um voto de louvor para o João Moreira, de S. Tiago de Riba-Ul, pelo 1.º prémio de Trompete Sénior, no II Concurso Nacional Sopros Terras de La-Salette, este apresentado pelo PSD. Há ainda um outro voto apresentado pelo PSD que se prende com o sucesso desportivo do Grupo Desportivo de S. Roque, com a subida à 1.ª Divisão Distrital. Aliás, convém aqui referir que o Grupo Desportivo de S. Roque teve uma prova, para além de excelente mérito desportivo, altamente mediática, foi notícia em várias televisões e jornais e, portanto, os responsáveis do Marketing estão de parabéns, mas de parabéns acima de tudo para os briosos atletas que conseguiram alcançar este sucesso. Estes são os votos de louvor. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor ao Oliveirense João Moreira, pelo 1.º prémio de Trompete Sénior, no II Concurso Nacional Sopros Terras de La-Salette, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor ao Grupo Desportivo de S. Roque, pela subida à 1.ª Divisão Distrital na modalidade de futebol, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

===== Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu a proposta apresentada pelo Senhor António Nobre, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta: =====

===== “Considerando a construção do IC2/A32, uma via estruturante muito importante para o concelho de Oliveira de Azeméis; Considerando a decisão de todas as freguesias do concelho por onde passa o IC2/A32, que aprovaram por unanimidade o traçado Alternativa 5ª; Considerando que o Estudo de Impacte Ambiental aprova o traçado Alternativa 5ª, rejeitando o traçado Solução 1 – Trecho 3, pois em termos ambientais seria profundamente gravoso; Considerando a aprovação pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) do traçado Alternativa 5ª como o melhor e o mais favorável; Considerando que a Vila de Pinheiro da Bemposta e as suas gentes seriam gravemente afectadas e seria posto em causa o seu futuro conforme se comprova através do Estudo de Impacte Ambiental que rejeita com toda a clarividência o traçado Solução 1 – Trecho 3. – Considerando as fortes pressões que alguns habitantes da freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha estão a fazer sobre o poder político de forma a alterar uma decisão já tomada quanto ao traçado do IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis, proponho: Que esta Assembleia Municipal delibere dar o seu apoio incondicional ao traçado Alternativa 5A”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== *Eu estou a ler pela primeira vez e eu se calhar pedia aqui que reflectissem no seguinte, fazer esta reflexão em voz alta: este último parágrafo, ou seja, nós Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis estarmos aqui a fazer qualquer comentário relativamente à população da Branca e de Albergaria, não sei se será o melhor, porque senão depois a Assembleia de Albergaria-a-Velha vai aprovar uma ao contrário de nós. Acho que nós devemos, se estivessem de acordo, não sei se o António Nobre de Azevedo está de acordo, se pudéssemos retirar este ponto “3. – Considerando as fortes pressões que alguns habitantes da freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha estão a fazer sobre o poder político de forma a alterar uma decisão já tomada quanto ao traçado do IC2/A32 para Sul de Oliveira de Azeméis”. Nós já aqui reconhecemos que eles estão a fazer o trabalho deles, portanto se pudéssemos retirar esta parte, eu acho que ficávamos melhor se o fizéssemos.* =====

===== *A Assembleia Municipal concordou com a retirada do referido parágrafo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV.* =====

===== *Independentemente de defender o Município, também é uma questão de coerência política. Este problema foi discutido nas Jornadas Parlamentares do PCP recentemente, a situação em relação à Branca e uma das decisões que nós tomamos e que estão nas decisões das Jornadas é a revogação e a anulação deste projecto. É simplesmente isto, o que nós decidimos é a anulação e a revogação deste projecto tendo em conta questões que até já foram aqui colocadas em relação a problemas do trajecto deste Município. Isto já não é de agora. Agora eu penso que estar aqui a tomar uma posição contra, não devemos, deve de haver agora aqui um equilíbrio na posição, não estar aqui agora a população de Pinheiro da Bemposta contra a população da Branca, porque eles têm todo o direito, como outros também, de estarem contra o projecto. Então não têm o direito? Estamos em democracia, desculpem lá.* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Senhor António Nobre, relativamente à construção do IC2/32, com a eliminação do ponto três, foi a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Eu julgo que se calhar era razoável enviar aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República esta posição da Assembleia Municipal, pelo que pedia aos Serviços para o fazer. Vamos então agora votar a moção que foi já apresentada na primeira intervenção da Dra. Helena Terra e que ela leu, onde apresentava onze pontos, um conjunto de medidas que foram propostas, relativamente a questões sociais e questões fiscais.* =====

===== *Aberto o período de inscrições para a discussão da proposta, registaram-se as inscrições dos Senhores Dr. Isidro Figueiredo e Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, que disse:* =====

===== *Relativamente à proposta, eu registei e creio que foram doze ou treze pontos que apresentaram, todos no âmbito de medidas em que a Câmara Municipal está fortemente e*

grandemente envolvida, portanto grande parte das medidas que aqui foram apresentadas pelo Partido Socialista são uma preocupação também nossa, mas eu sublinho que me parece e isso será com certeza confirmado pela Câmara Municipal, que essas medidas estão já a ser executadas, ou pelo menos a maioria das medidas estão já a ser executadas num esforço conjunto das entidades que constituem a rede social, a Câmara Municipal, a Segurança Social e as próprias IPSS, que são estruturas que têm respondido aos mais diversos problemas. De resto também esta situação preocupante em tempo de crise e de questões de âmbito social são muitas vezes complementadas também por outras instituições de carácter religioso, até dentro e no âmbito das escolas se vê que há um cuidado especial em atender a um conjunto de situações de alunos que estão em dificuldades por vezes até para comprar a senha para comer. Há aqui uma preocupação e uma articulação que está a ser desenvolvida e que é desenvolvida pela Câmara Municipal. Tenho a certeza que só não vai mais longe se não puder, porque obviamente que isto tem questões que se prendem com a disponibilidade financeira. Portanto, parece-me que esta proposta como recomendação reforça no fundo a ideia que é praticada pela Câmara Municipal, mas não vejo necessidade de votar favoravelmente esta proposta, porque não há necessidade de vincular efectivamente com estas medidas aquilo que vai para além daquilo que é possibilidade da Câmara Municipal e da sua acção dentro da Acção Social, que é a sua articulação com as outras entidades. Portanto, parece-me, Senhor Presidente, que a acção prevista ou o conjunto de pontos apresentados pelo PS no fundo já vêm tarde, porque são um conjunto de medidas que já estão a ser aplicadas pela própria Câmara Municipal no âmbito das suas responsabilidades, no âmbito da sua articulação até dentro do pelouro da Educação e da Acção Social, portanto acho desnecessário sequer estarmos aqui a vincular com esta proposta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Senhor Presidente, eu vou-me abster em relação a esta moção, até por uma questão política. O início da exposição em relação à crise, na minha óptica de militante do PCP, objectivamente não é só a crise internacional, tem também a ver com a crise de políticas não só orientadas por este Governo como também do PSD, porque senão vamos aqui discutir, e eu não quero entrar por este caminho, aquilo que foi necessário, por exemplo, com a entrada deste Governo em relação a compromissos do Pacto de Estabilidade, em que andamos para aí a apertar o cinto durante quatro anos. Andamos a apertar o cinto, o desemprego veio, a pobreza aumentou, aliás há números de 2008 em relação ao aumento da pobreza em Oliveira de Azeméis na ordem dos 30% e ainda não se falava na crise internacional. Esta é a pura realidade, mas eu não quero entrar por aí, senão iríamos discutir aqui as questões políticas em relação às habilitações dos Governos do PS e também do PSD e eu não quero entrar por aí. Além disso, também acho que devemos ter aqui algum equilíbrio que eu penso que também os Municípios não devem ter uma política assistencialista em relação a muitas outras coisas. Não pode, eu acho que há mecanismos da parte do Governo, do Poder Central, que dê resposta a estas questões. Em relação às IPSS, eu acho que o Governo deve dar todo o apoio em relação a estas instituições. Dos doze pontos que o Partido Socialista aqui apresenta, são questões pontuais que objectivamente o Executivo do PSD deve apoiar, em relação às taxas, em relação às águas. Acho que são medidas que nós ao longo dos anos temos vindo a discutir, em que até o PCP tem apresentado propostas. Acho que sim, mas agora há aqui questões de índole política central com as quais eu não estou de acordo. Desculpem lá, mas eu vou-me abster em relação a esta questão. =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para se pronunciar sobre a proposta apresentada. ==

=====
Eu queria lembrar que os impostos como o IMI e o IMT não têm possibilidade de este ano entrar em vigor, só para o próximo ano, só para 2010. Eu vou dar a palavra à Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, que vos pode esclarecer melhor e mais pormenorizadamente sobre os apoios que a Câmara Municipal está a dar, o ponto de situação de hoje. =====

=====
O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra na Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, responsável pelo Pelouro da Acção Social. =====

=====
Boa noite a todos os presentes. Eu queria começar por dizer e acho que é um ponto fundamental todos termos consciência de que as competências a nível da Acção Social não estão transferidas para os Municípios conforme nós gostaríamos de ver, já que somos nós que trabalhamos com uma maior produtividade junto das populações. Portanto, o que temos a nível da Acção Social, no domínio da Acção Social, como competência regulamentada é unicamente a habitação. E relativamente à habitação o Município de Oliveira de Azeméis tem duas medidas estruturantes e não foi preciso vir a crise para nós termos esses apoios no nosso Município, que são dois Regulamentos: um, de apoio ao arrendamento; e, outro, de apoio a melhoramentos habitacionais. Temos de facto, durante o início de 2009 um aumento na procura destes dois apoios, nomeadamente no apoio ao arrendamento, que de dados que eu consegui apurar relativamente ao mesmo período de 2008, nós temos um aumento de procura na ordem de cerca de 35%. Isto demonstra também os problemas sociais que estão emergentes no nosso Município, derivado ao aumento da taxa de desemprego. E segundo os dados, hoje ainda tive a 30.ª Sessão do Conselho Local da Acção Social e para a qual nós convidamos a delegação do Instituto de Interesse Profissional sediada em S. João da Madeira, para nos vir falar, nos vir divulgar também as iniciativas que o Governo tem para a iniciativa “Emprego 2009”, para que as nossas instituições e os nosso técnicos estejam munidos de todas as ferramentas, para que possam dar o acompanhamento e o aconselhamento mais eficaz possível a todos os nossos Municípios desempregados. Queria-vos só dizer que os dados que o Centro de Emprego nos trouxe foram de que actualmente temos dois mil oitocentos e dezoito desempregados inscritos no Centro de Emprego oriundos de Oliveira de Azeméis, sendo que cinquenta e oito desses desempregados inscritos estão à procura do primeiro emprego e dois mil seiscentos e sessenta desempregados à procura de novo emprego. Portanto, dois mil oitocentos e dezoito desempregados num universo de quinze mil e seiscentos inscritos no Centro de Emprego de S. João da Madeira. Ao vermos o pacote de medidas do nosso Governo com a iniciativa “Emprego 2009” verificamos realmente que são medidas que não chegam, não respeitam e não vão ao encontro daquilo que nós precisamos. Nós realmente precisávamos de criar mais postos de trabalho e aqui estou a referir as próprias Juntas de Freguesia que tinham uma medida que eram os programas ocupacionais, que eram uma das medidas que poderiam aceder ao Centro de Emprego para recrutar pessoas desempregadas e ocupá-las em algumas tarefas. Esse programa foi substituído pelos contratos de emprego e inserção que vêm prejudicar um bocadinho as próprias autarquias, porque têm de repor ou contribuir cerca de 20%, coisa que até então não era. Portanto, verificamos com certo desagrado que estas medidas anunciadas não vão de encontro àquilo que nós necessitávamos, que era empregar as pessoas desocupadas. Isto foi um parêntesis para vos dizer que a Rede Social está atenta e garantir que cumpre com as suas competências como fórum de articulação e congregação dos esforços das entidades que actuam nestes domínios no nosso Município, sendo também um espaço de diálogo e de

promoção de soluções adequadas ao combate da pobreza e sobretudo à promoção do desenvolvimento social, porque nós não podemos cair novamente a olhar para uns anos atrás, a Acção Social só na sua vertente existencialista. Não, temos que ver a Acção Social como promoção e desenvolvimento social. E a crise ou o que nós hoje também estamos a dizer, pode também ser motivo para muitas famílias que não precisam arrastarem-se ou abusarem um bocadinho e, segundo o que eu também sei, há muitos atendimentos na Segurança Social de famílias que vão lá dizer “fulano tem, porque é que eu não tenho?”. Portanto, há também uma procura descarada dos serviços para verificar se tem ou não direito, quando o não tem. Temos realmente que ter a consciência que estamos a viver momentos difíceis e nós em termos da Câmara sentimos esse aumento na procura dos Serviços da Acção Social. Neste momento temos na medida do apoio ao arrendamento cento e quarenta e um agregados familiares a serem apoiados, o correspondente a um encargo financeiro na ordem dos € 42.000 (quarenta e dois mil euros)/ mensais, disponibilizamos um apoio já bastante significativo. Temos também o apoio às melhorias habitacionais com o Programa Solarh, com ligações de água a casas, a elaboração de projectos de arquitectura e de especialidade a famílias e a agregados também carenciados. Temos o Cartão Municipal do Idoso que dá benefícios a nível da redução das taxas do lixo e água para as pessoas com mais de sessenta e cinco anos. Temos também a mudança do tarifário da água para famílias numerosas e famílias com idosos acamados ou pessoas deficientes. Portanto, temos já uma série de medidas no nosso Município, que poderão vir a ser alargadas, mas que todos os técnicos que trabalham nesta área, não só os Técnicos Camarários, mas também os Técnicos das IPSS, os Técnicos da Segurança Social, sabem que existem estas medidas assim como nós sabemos as medidas que a Segurança Social tem e as medidas de apoio que algumas IPSS têm, nomeadamente os programas de apoio à alimentação. Nós temos cerca de uma dezena desses programas chamados, impropriamente, Bancos Alimentares, no nosso Município. Sabemos que esses programas são coordenados pela Segurança Social, aqui há uns anos atrás eram carregados três vezes ao ano e agora só uma vez anualmente, portanto há decréscimo também do apoio da própria Administração Central para as Autarquias Locais e para os territórios de freguesia. É o momento em que todos nós temos de pôr os recursos, os poucos recursos, que temos a favor de todos e é isso que a Rede Social tem vindo a consertar chegando com uma resposta mais rápida e mais eficaz àqueles que mais precisam. Penso que é isto que tinha a dizer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Eu só queria completar aquilo que iniciei e também aquilo que a Dra. Gracinda disse. Nós estamos perante um orçamento, temos que gerir o orçamento que tem neste momento as suas previsões, que pode oscilar mas não pode oscilar muito. Nós temos que controlar e somos obrigados a controlar o orçamento deste ano. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Terra, do PSD. =====

===== Eu não posso deixar de o fazer, uma vez que sendo a Bancada que aqui represento a autora desta moção, não posso deixar de fazer aquilo que é a explicação, ainda que sumária, da presente moção e confesso que só não o fiz quando a apresentei, atendendo à qualidade da plateia existente e passo a explicar porquê: aquilo que propôs foi a concretização em medidas concretas, daquilo que é a recomendação que foi tornada pública por alguém que vou citar e

que citado por mim é tudo menos suspeito, que é o Senhor Fernando Ruas na sua qualidade de Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da qual Oliveira de Azeméis faz parte também como associada. Ora bom, o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses referiu o seguinte, ou melhor apelou, e passo a citar: “há necessidade de tomar medidas excepcionais, uma vez que as situações de carência potenciadas pela crise em que vivemos são também elas excepcionais”. Ora bom, eu já uma vez, não foi nesta sala, foi noutra, mas ouvi o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizer “o que vem de vocês não ouço, não sigo, nem ligo”. Eu confesso-lhe que mesmo vindo do Senhor Presidente Fernando Ruas ouço, sigo e ligo, e daí estar a concretizar em propostas, afinal de contas nós não podemos ignorar o facto, eu já referi aqui hoje, nós não somos uma ilha, nós somos um associado, um dos grandes, da Associação Nacional de Municípios Portugueses. E afinal de contas esta recomendação a que foi dada voz pelo Senhor Presidente resultou de uma deliberação dos associados com certeza absoluta, deliberação essa que confesso hoje que não sei se foi tomada por unanimidade, mas há uma coisa que eu sei, é que foi com certeza tomada por maioria. Ora bom, quero dizer uma outra coisa: quando eu disse que não fiz explicação daquilo que era o conjunto de medidas propostas atendendo à qualidade da plateia, é porque eu parto sempre de um princípio que para mim começa por ser um princípio geral de educação, ou seja, aqueles que me ouvem, que estão na mesma qualidade que eu, têm no mínimo a mesma informação que eu, porque até podem ter mais, mas têm que partir do princípio que têm no mínimo a mesma informação que eu tenho, que é aquela que é tornada pública e que não é preciso nenhuma bola de cristal para a descobrir. Lamentavelmente concluo o seguinte: é que pelo menos por parte da Bancada do PSD, quando digo pelo menos é porque não é só e já passo a explicar, chego à conclusão de que a Bancada do PSD não tem, a Bancada do PSD pela voz do Prof. Isidro porque calculo que ele tenha falado em nome da Bancada que representa, não conhece o conjunto de medidas de Acção Social que o Município leva a efeito. E eu quero dizer o seguinte: eu conheço aquilo que é o âmbito de actuação social do Município de Oliveira de Azeméis e conheço, e sei, que o núcleo essencial, não de todas, de algumas e algumas entenda-se a minoria e se entender necessário eu digo uma a uma, o núcleo essencial da minoria das propostas que aqui formulamos de forma muito concreta, é abrangido por aquilo que é o âmbito geral da Acção Social do nosso Município. E quando falo de âmbito geral estou a falar de situação de generalidade. Eu gostava que se percebesse e daí eu ter feito o intróito inicial que nós não estamos numa questão de generalidade como nós sabemos e felizmente para todos nós, estamos numa situação de carácter absolutamente excepcional e, portanto, dizer-se que para “grandes males, grandes remédios” e daí a excepcionalidade das medidas que têm que ser aplicadas. Portanto, eu quero-lhes dizer o seguinte: eu estou de acordo. E depois quero dizer ao Senhor Presidente e sossegá-lo do seguinte: conheço até por dever do ofício, e muito bem, aquilo que são as regras pelas quais se rege um exercício orçamental e daí ter referido, peço desculpa eu às vezes até sou acusada de falar um bocadinho alto, daí eu referir que a sua aplicabilidade seria até ao final do ano 2010, porque reconheço as limitações legais resultantes daquilo que é um exercício orçamental. Agora, o que eu quero dizer é o seguinte: também muito espanto me causa que um Partido como o PCP, sempre tão preocupado com os pobres e com os desfavorecidos, etc., hoje não esteja. Há uma coisa de que eu tenho a certeza, é que nada disto, graças a Deus para nós todos, resultou de nenhuma política do PCP, isso é verdade que não, portanto tem que ter resultado de políticas nos nosso País e só de dois Partidos com a participação de um terceiro que é o CDS. Portanto, Óscar isso é algo que não vamos discutir aqui, até porque não é a sede própria, agora espanta-me que um Partido como o PCP que está sempre na vanguarda daqueles que são os mais pobres e os desfavorecidos, nem com a proximidade de 01 de Maio, apela ao seu sentido de solidariedade, já não vou falar em

existencialismo e outras coisas que tais, apelo ao seu sentido de solidariedade para perceber aquilo que eu acabei de referir. E já agora também gostava que percebessem o seguinte: é que há muitos Municípios deste País que já estão a aplicar medidas concretas a este propósito e posso dizer que alguns até estão a ser governados pela CDU. Portanto, vocês que normalmente são tão disciplinados naquilo que é a cartilha que vos orienta, é bom que comecem a distribuí-la pelo País todo para que se perceba, seja coerente e já agora a uma só voz. Relativamente àquilo que são as propostas concretas do PS, é uma moção que será sujeita à votação e quero dizer tão só o seguinte: se para o PSD isto não tem relevância porque já está tudo a ser feito pelo Município, então eu pergunto: se isto é inócuo, qual é o problema de votar favoravelmente aqui as propostas que aqui apresentamos? Mas com certeza que eu percebo que aquilo que causa um enorme engulho é o subscritor das propostas, mas com isso nós podemos bem, aliás já não é novidade, estamos habituados. Agora há uma coisa que hoje, como antes, se mantém: nunca o PS esteve numa Assembleia Municipal do Município de Oliveira de Azeméis, para além daquilo que são os assuntos da agenda da altura, em determinadas circunstâncias e para aquelas que são as grandes questões estratégicas e de política no nosso concelho, sem apresentar propostas concretas de governação e hoje uma vez mais fazemos jus àquilo que vem sendo hábito nos últimos quatro anos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Eu uso a palavra, dentro de uma perspectiva de um esclarecimento adicional, que me parece importante fazê-lo. Em primeiro lugar, nós não precisamos que nos apresentem as medidas se elas já estão a ser executadas. Já o dissemos, já foi explicada pela Senhora Vereadora, já foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara e parece-me que se calhar não estamos a falar a mesma linguagem. Eu percebi o Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios nesse sentido, mas certamente foi um lapso de memória aquilo que aqui se verificou em termos de intervenção da Líder de Oposição, Dra. Helena Terra, que se esqueceu de referir que para a execução dessa medidas tinha sido pedido uma linha de crédito ao Governo, que obviamente não o concedeu e, portanto, estamos condicionados pela contingência do momento financeiro que a Câmara Municipal atravessa e pelo cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro a que nós estamos todos obrigados e que iremos falar daqui a pouco. Para além de que terá cabimento, se implica maiores custos, que uma tal proposta a ser feita, seja feita em âmbito de orçamento que será feito no momento próprio, que por acaso será depois das eleições e nessa altura utilizando uma expressão popular “outro galo cantarà”. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Depois de uma ampla discussão, uma vezes sobre a moção e outras vezes extrapolando a moção, só dar a seguinte nota: Relativamente à intervenção da Dra. Gracinda, no documento de informação sobre a actividade da Câmara Municipal vem o registo da actividade da Divisão de Acção Social entre 13 de Fevereiro e 13 de Abril, está aqui devidamente explicada e um conjunto significativo de informação relevante, mas a Senhora Vereadora foi muito mais vasta e ampla. Agora, estas questões sociais são importantes e eu acho que vale a pena discuti-las, porque infelizmente estão a afectar cada vez maior número de pessoas e não há concelhos que sejam imunes a esta crise. =====

===== *Colocada à votação a moção apresentada pela Senhora Dra. Helena Terra, foi a mesma rejeitada por maioria, com os seguintes votos: vinte e seis contra do PSD; quinze a favor do PS; um a favor do CDS/PP e uma abstenção do PCP-PEV.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade aos trabalhos.* =

===== *Para terminarmos o “Período de Antes da Ordem do Dia” temos três propostas, que passam a duas, de votos de pesar. O PS e o PSD apresentaram um voto de pesar pelo falecimento do Pai do Prof. Albino Martins, Vice-presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e o PS apresentou também voto de pesar pelo falecimento do Senhor Arnaldo Queirós, que foi um antigo Membro da Assembleia Municipal e que estava na Bancada do Partido Socialista.*=====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Pai do Senhor Prof. Albino Martins, foram os mesmos aprovados por unanimidade.*=====

===== *Colocado à votação o voto de pesar e minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Arnaldo Queirós, foram os mesmos aprovados por unanimidade.*=====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.*=====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.*=====

===== ***PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)***=====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

===== ***Ponto um:** Votação das actas n.º 32 e 33.*=====

===== *Foram presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 32 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29.12.2008 e acta n.º 33 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 05.02.2009.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o ponto número um à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 32 e 33.*=====

===== ***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

===== De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste ponto, registando-se o pedido de inscrição do Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, começo mais uma vez por uma injunção das “Águas do Douro e Paiva”, desta vez não para reclamar o pagamento de € 216.000,00 (duzentos e dezasseis mil euros), mas de € 60.000,00 (sessenta mil euros), ou seja, a verba é diferente efectivamente, mas os motivos são os mesmos. Reclama esta entidade, reclama este parceiro, o pagamento dos serviços de fornecimento de água à autarquia. Senhor Presidente, o que eu lhe peço é que acabe com esta vergonha para o Município e que resolva definitivamente os problemas que temos com este parceiro, porque é lamentável que nós tenhamos injunções frequentes de um parceiro estratégico para ao Município, neste caso concreto de um fornecedor de abastecimento de água. Em relação à informação que nos foi distribuída, o número que importa reter é o que se refere aos custos e perdas financeiras do Município, que é de € 758.000,00 (setecentos e cinquenta e oito mil euros), além de € 320.000,00 (trezentos e vinte mil euros) de custos e perdas extraordinárias. Este número isolado é por si só assustador e é uma dura e triste realidade. Mas se o usarmos como termo comparativo, ele equivale ao montante dispendido pela autarquia, e nós aqui Senhor Presidente conhecemos os números, das transferências de subsídios correntes para prestações sociais, o que significa que se existisse a gestão rigorosa que o PS vem reclamando, poderia hoje o Executivo estar a transferir o dobro do que transfere para prestações sociais e muitas destas medidas que foram aqui propostas teriam sem qualquer problema cobertura orçamental. Isto permitiria que o Município desempenhasse um papel completamente diferente, um papel primordial na resolução dos problemas dos Oliveirenses mais carenciados e permitia também às nossas instituições atravessarem esta crise com um alento completamente diferente. O Senhor Presidente vai-me dizer naturalmente que já fazem muita coisa, mas o que eu lhe estou a dizer é que podiam fazer o dobro dessa muita coisa que já fazem. Eu gostaria de repetir mais alguns alertas sobre este relatório. O primeiro, para as obras da Divisão de Empreitadas Municipais, aonde temos nove processos de 2002 e sete processos de 2003 que continuam a aguardar cabimentação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal teve a preocupação de nos referir as actividades da Divisão de Acção Social das Autarquias, nós conhecemo-las, agora não conhecemos mais uma vez é as actividades do Departamento de Desenvolvimento Local e do Departamento de Gestão, Planeamento Urbanístico e Ambiente que não apresentam mais uma vez, à semelhança do que fizeram na Assembleia anterior, relatório de qualquer actividade. Não tenho dúvidas de que tiveram essa actividade, agora é lamentável é que numa autarquia que se diz ser um modelo de modernização administrativa que exporta certificações, tenham esta lamentável reincidência. Sobre este último Departamento, o Departamento de Gestão, Planeamento Urbanístico e Ambiente ser á interessante observar que nas Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, e até 15/04 que é disso que estamos a falar, em termos destas rubricas temos: Planos Municipais de Ordenamento, tem uma verba prevista de € 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil euros) e até ao momento foi gasto zero; Protecção do Meio-Ambiente e Conservação da Natureza, tínhamos previsto uma verba avultada, exagerada de € 15.000,00 (quinze mil euros) e mesmo assim até agora, até dia 15/04 conseguimos gastar € 589,00 (quinhentos e oitenta e nove euros), ou seja 3,85%. Ora bom, isto são indicadores que desmentem quem com responsabilidades de governação usa as colunas dos jornais para promover as actividades da autarquia dizendo que esta investe na promoção do nosso turismo, na defesa do nosso património ambiental e no ordenamento. Muito obrigado. ==

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se do auditório. =====

===== **Ponto três:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas/ 2008.* =

===== *Pela Câmara Municipal, foram apresentados para aprovação, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, que são: 1 Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Actividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do activo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Actividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado; 7- Certificação Legal de Contas do Revisor Oficial de Contas os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de actas.* =====

===== O Senhor José Alves da Silva, no exercício das funções de 1.º Secretário, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.

===== A informação de gestão da autarquia referente ao ano 2008 merece-me as seguintes considerações: - A informação da óptica **orçamental** está fortemente **influenciada** pela utilização do **Empréstimo de Saneamento Financeiro** pelo que, qualquer exercício de comparação com valores de anos anteriores será um exercício sem sentido. Nesta óptica, um aspecto a destacar, é o crescimento de quase € 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros) de receita arrecadada pelo Município face ao executado 2007; uma arrecadação global de receita de € 35.453.014,00 (trinta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e catorze euros), que somados aos € 31.470.418,00 (trinta e um milhões quatrocentos e setenta mil quatrocentos e dezoito euros) utilizados do empréstimo, resultaram numa execução total de receita de € 66.923.433,00 (sessenta e seis mil novecentos e vinte e três mil e quatrocentos e trinta e três euros). Ao nível da **Gestão Económico-Financeira** realce para os seguintes aspectos: A firmeza na concretização de um sistema de gestão baseado em critérios de rigor e racionalização de custos e no reforço da eficácia e produtividade da estrutura municipal quer ao nível do desempenho operacional, quer na sua capacidade de arrecadação de receita, permitiu atingir, uma vez mais, o **cumprimento generalizado dos objectivos de gestão ambiciosos** definidos e partilhados pela organização para 2008. Recordo que foi assente neste equilíbrio económico, estruturado, que propusemos a contratação de um empréstimo para regularização das responsabilidades de curto prazo do município. Graças à concretização desta estratégia: - Foi possível **regularizar os compromissos de curto prazo** do município para com

fornecedores, empreiteiros, colectividades e outras instituições. As contas de 2008 revelam um **prazo médio de pagamentos de noventa e cinco dias**. Mas queremos mais: o objectivo é que o município liquide as suas dívidas aos seus fornecedores num prazo médio de quarenta e cinco dias. E será isso que acontecerá assim que concluirmos o processo de reestruturação da dívida de curto prazo; - Foi possível gerar **resultados líquidos positivos** no valor de **€ 4.778.016,00** (quatro milhões setecentos e setenta e oito mil e dezasseis euros); - Foi possível **libertar meios** para fazer investimento no valor de **€ 9.691.081,00** (nove milhões seiscentos e noventa e um mil e oitenta e um euros); - Foi cumprida a redução ao limite de endividamento líquido a que o município se encontrava obrigado, registando uma redução de **€ -1.828.932,00** (menos um milhão oitocentos e vinte e oito mil novecentos e trinta e dois euros); - Foi possível reduzir a **dívida global do município em -5,2%** (**€ -2.849.868,00 – menos dois milhões oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e oito euros**), para os **€ 52.335.301,00 (cinquenta e dois milhões trezentos e trinta e cinco mil trezentos e um euros)**. É pois, com tranquilidade e profunda convicção que afirmo que os documentos em análise espelham a postura responsável, de rigor, e de defesa permanente dos interesses de Oliveira de Azeméis assumida por mim e pela minha equipa. De seguida, pedia ao Dr. se nos fazia a projecção da conta. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. José Figueiredo, Director do Departamento de Administração e Finanças, que fez uma apresentação dos documentos de prestação de contas/ 2008. =====

===== Boa noite a todos, eu vou ter que ser muito breve, tendo em conta o tempo e o adiantar da hora e vou ter que cortar, porventura, em algumas explicações. Aqui o que se pretende apresentar é um breve retrato relativo às contas de 2008, uma abordagem em três ópticas: orçamental, económico-financeira e patrimonial. **Em termos de ÓPTICA ORÇAMENTAL DA RECEITA**, tendo em conta o quadro, verifica-se que a Receita Total Efectiva se situa nos €66.923.433 (sessenta e seis milhões novecentos e vinte e três mil quatrocentos e trinta e três euros); a Taxa de Execução Orçamental face à Dotação Inicial ficou nos 164,5% e a Execução Orçamental face à Dotação Final nos 89,8%. Temos que ter aqui em conta a questão da utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro, em que do montante de € 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de euros), foram utilizados até 31 de Dezembro de 2008 € 31.470.418 (trinta e um milhões quatrocentos e setenta mil quatrocentos e dezoito euros), o que em termos de Receita Corrigida, ou seja, a receita que a Câmara efectivamente arrecadou sem o efeito da utilização do empréstimo, teríamos uma receita na ordem dos € 35.453.014 (trinta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e catorze euros). Nesse sentido, as variações mais significativas da receita traduzem-se nestes termos (variação 2008/2007): **1) Impostos Directos:** verifica-se que os Impostos Directos tiveram um decréscimo de € -126.718 (menos cento e vinte e seis mil setecentos e dezoito euros), portanto -1,4% que se deve substancialmente aqui à questão da Derrama, tendo em conta a alteração da fórmula de cálculo que trouxe em termos de receita € -860.655 (menos oitocentos e sessenta mil seiscentos e cinquenta e cinco euros), não conseguindo compensar os outros aumentos em termos de Impostos Directos resultantes quer do IMI, quer do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens, que é o chamado IMT; **2) Em termos de transferências correntes:** verifica-se uma variação positiva de € 276.531 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e trinta e um euros), +2,6% resultantes das transferências do Orçamento de Estado, as transferências da DREN baixaram neste período € -136.018 (menos cento e trinta e seis mil e dezoito euros) e nas transferências da DGAL €

+49.061 (mais quarenta e nove mil e sessenta e um euros); **3) Em termos de vendas de bens e prestação de serviços:** verifica-se uma variação negativa de € -131.769 (menos cento e trinta e um mil setecentos e sessenta e nove euros), -2,5%. Este impacto negativo resulta sobretudo aqui da renda da concessão de exploração de energia eléctrica, mas tem a ver com a questão de um duplo efeito de registo: é que em 2008 o último trimestre da renda caiu em termos de entrada de verba em 2009 e teve por motivo o outro efeito duplo em que em 2007, comparativamente, houve cinco trimestres a cair em 2007 enquanto em 2008 só teve três trimestres. Depois deve-se a outras variações, nomeadamente: resíduos sólidos, receita de saneamento que desceu, enquanto que a receita de parques de estacionamento contribuíram positivamente, assim como a quota de serviço, taxa de ligação de água com € 493.970 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e setenta euros) e o aluguer de espaços e equipamentos também com € +31.751 (mais trinta e um mil setecentos e cinquenta e um euros); **4) Em termos de transferência de capital:** verifica-se uma variação positiva de € 991.026 (novecentos e noventa e um mil e vinte e seis euros), + 16,7%, resultantes das transferências do Orçamento de Estado, da Cooperação Técnica e Financeira (resultante de contratos-programa), das participações do FEDER, dos acordos de colaboração, participações AGRIS-FEOGA; **5) Em termos de Passivos Financeiros:** verifica-se aqui uma explosão tendo em conta a utilização do empréstimo do saneamento financeiro, que se traduz no aumento de € 32.808.492 (trinta e dois milhões oitocentos e oito mil quatrocentos e noventa e dois euros). **Em termos da ÓPTICA ORÇAMENTAL DA DESPESA,** verifica-se que o total da despesa ficou situado nos € 67.286.792 (sessenta e sete milhões duzentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e dois euros); a Taxa de Execução Orçamental face à Dotação Inicial de 165,4% e a Taxa de Execução Orçamental face à Dotação Final de 88,4%. É evidente que aqui também temos que ter em conta que para a análise comparativa ser correcta temos que expurgar os efeitos da utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro. Assim a despesa corrigida seria de € 35.816.374 (trinta e cinco milhões oitocentos e dezasseis mil trezentos e setenta e quatro euros). É evidente que, quando estamos a utilizar o empréstimo estamos a pagar despesa efectuada em anos anteriores e que nessa medida vai contribuir para o inflacionamento das rubricas de toda a despesa no orçamento do ano. **O volume da despesa,** os tais € 67.286.792 (sessenta e sete milhões, duzentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e dois euros), foi fortemente influenciado pela utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro, como já referi, o que provoca o tal aumento da Despesa Corrente em € +11.711.947 (mais onze milhões setecentos e onze mil novecentos e quarenta e sete euros) e em termos de Despesa de Capital € +22.195.836 (vinte e dois milhões cento e noventa e cinco mil oitocentos e trinta e seis euros). Ao utilizarmos o empréstimo para pagarmos despesas de anos anteriores, acaba por influenciar nesta proporção a despesa corrente e a despesa de capital, de acordo se as facturas são de facturação corrente ou de capital. **Em termos de ÓPTICA ORÇAMENTAL – PPI/ INVESTIMENTOS,** aqui o PPI também regista face à utilização do empréstimo uma taxa de execução de 86,4%, totalizando € 26.140.738 (vinte e seis milhões cento e quarenta mil setecentos e trinta e oito euros). Nessa mesma óptica e pela mesma via da utilização do Empréstimo de Saneamento Financeiro, temos uma taxa anual da execução do PPI que evidencia um aumento global de 262,3%, verificando-se as maiores variações nos transportes rodoviários; no ordenamento do território; no abastecimento de água; no saneamento; no desporto, recreio e lazer e na cultura, de acordo com estes valores e de acordo com as utilizações que são canalizadas depois em termos de utilização para estas rubricas. **Na ÓPTICA ECONÓMICA – CUSTOS:** agora a tal análise que pode ser comparativa porque são custos, são custos do ano, são custos que podemos comparar com outros custos, enquanto que, na orçamental, tem-se que fazer uma análise comparativa expurgando todo o efeito do saneamento, na óptica económica e na óptica custos/ proveitos é que se pode fazer análises comparativas

com os outros anos utilizando a contabilidade patrimonial. Neste sentido, os custos do ano totalizaram € 30.709.138 (trinta milhões setecentos e nove mil cento e trinta e oito euros), sendo os mais representativos: 1) **custos com o pessoal**, que teve um peso, face ao custo total, de 33,9%, contra 36% em 2007; **fornecimentos e serviços externos** 17,6% contra 22% em 2007; **amortizações do exercício** 16% contra 16,3% em 2007; **transferências e subsídios correntes concedidos** (10,8% contra 7,5% em 2007. Os custos com pessoal registaram uma diminuição face a 2007 de -0,7%, o que corresponde a € -69.419 (menos sessenta e nove mil quatrocentos e dezanove euros), não obstante o aumento de 2,1% sobre a massa salarial resultante da actualização do índice 100 da Função Pública. Em termos de variações e tendo em conta os custos do ano e os custos operacionais numa perspectiva de 2008 face a 2007: os custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas sofre aqui um aumento de € 852.237 (oitocentos e cinquenta e dois mil duzentos e trinta e sete euros), mas isto tem a ver com a alteração do critério contabilístico utilizado na contabilização da água e da electricidade (iluminação pública) que determinou este aumento que depois é compensado com a diminuição ao nível dos fornecimentos e serviços externos, mas que no fundo se fosse corrigido verificar-se-ia que houve um decréscimo significativo face ao ano anterior com a diminuição dos custos com materiais de armazém, que conforme se pode ver desceram € -608.930 (seiscentos e oito mil novecentos e trinta euros). Em termos de fornecimentos e serviços externos, tendo em conta o critério, ele baixou € -1.029.851 (menos um milhão e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e um euros), pelo efeito da alteração do critério contabilístico da aquisição da água e da electricidade e que nesse sentido as rubricas que mais contribuíram para esta situação foram: a vigilância e segurança, trabalhos especializados, encargos de cobrança, refeições e bebidas para escolas e jardins-de-infância, passes e transportes escolares. Depois noutras rubricas, também de custos, temos de ver aqui um aumento das transferências e subsídios correntes concedidos de € +1.123.403 (mais um milhão cento e vinte e três mil quatrocentos e três euros), portanto +51,5% que tem a ver com as transferências para os Serviços Sociais em € +406.085 (quatrocentos e seis mil e oitenta e cinco euros), em que o desvio é justificado pela não atribuição no ano 2007, pois o subsídio referente àquele exercício foi deliberado no ano 2008; o apoio à formação desportiva e musical; as actividades de enriquecimento curricular; a cooperação da rede pré-escolar; EDV-Energia; UAC; Associações Humanitárias dos Bombeiros; Associação Florestal Entre Douro e das refeições escolares. Em termos de custos e perdas, verifica-se aqui um acréscimo, uma variação positiva na ordem dos € +480.363 (mais quatrocentos e oitenta mil trezentos e sessenta e três euros), +29,1%, que resulta portanto do aumento dos custos financeiros que se deveu à variação dos custos com juros de empréstimos bancários médio/longo prazo e ao aumento dos custos com Juros de Mora em € +238.542 (mais duzentos e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e dois euros). Não obstante haver uma diminuição da dívida municipal os aumentos ocorridos justificam-se em grande parte com a operação de reformulação da dívida municipal e com a evolução desfavorável das taxas de juro do mercado financeiro, nomeadamente até Setembro de 2008. **Na ÓPTICA ECONÓMICA – PROVEITOS:** os proveitos do ano totalizaram €35.487.154 (trinta e cinco milhões quatrocentos e oitenta e sete mil cento e cinquenta e quatro euros), com uma ligeira variação de € +10.082 (mais dez mil e oitenta e dois euros) face a 2007. Em termos de proveitos operacionais, assiste-se a um aumento de +3,1%, correspondendo a €+991.185 (mais novecentos e noventa e um mil cento e oitenta e cinco euros), sendo os proveitos mais representativos: **transferências e subsídios obtidos** - 42,6%; **receitas de impostos e taxas** - 29,3%; **vendas e prestações de serviços** - 14,3%; **proveitos e ganhos extraordinários** - 7,5%. Em termos também de variações de impostos e taxas, conforme já foi de alguma forma espelhado na parte da receita, aqui a questão também da diminuição de impostos e taxas tem a ver com a questão da derrama e da

publicidade e que não foi compensada pela parte dos aumentos do IMI, ou IMT, nem dos Impostos Indirectos e portanto não conseguiu compensar. Depois a nível de transferências e subsídios obtidos, tem a ver com transferências correntes e de capital; transferências da DREN, da DGAL e Fundos e Serviços Autónomos. **A nível de vendas e prestações de serviços**, houve aqui um aumento significativo de € +1.155.905 (mais um milhão cento e cinquenta e cinco mil novecentos e cinco euros), que tem a ver principalmente com a questão de venda de água, mas aqui a questão da venda de água foi com a facturação que teve que ser imputada à Associação de Município de Terras de Santa Maria pelas questões do aterro e, portanto, essa distribuição foi uma factura que conduziu a esta situação. Depois ainda, também, tem a ver com os aumentos a nível das quotas dos serviços de águas residuais e das quotas dos resíduos sólidos, havendo aqui nos resíduos sólidos uma diminuição, na quota dos resíduos é que teve um aumento de € +472.612 (mais quatrocentos e setenta e dois mil seiscentos e doze euros). **A nível dos trabalhos para a própria entidade**, verifica-se aqui uma redução de € -788.774 (setecentos e oitenta e oito mil setecentos e setenta e quatro euros), que é provocada pela questão das orientações de diminuição de custos e das medidas de contenção a nível da aquisição de materiais e, da diminuição da actividade por administração directa, o que traduz um impacto logo directo no volume de trabalhos para a própria entidade. **A nível dos proveitos e ganhos extraordinários**, portanto, uma variação negativa de € -981.402 (novecentos e oitenta e um mil quatrocentos e dois euros), -26,9%, tem a ver com, o ano 2008, a alienação de património municipal foi residual, totalizando os ganhos com imobilizações € 29.094 (vinte e nove mil e noventa e quatro euros), quando em 2007 a venda de património gerou mais-valias contabilísticas no valor de € 1.975.031 (um milhão novecentos e setenta e cinco mil e trinta e um euros). Na **ÓPTICA ECONÓMICA – INVESTIMENTO**: o volume de investimento executado/facturado totalizou € 8.175.824 (oito milhões cento e setenta e cinco mil oitocentos e vinte e quatro euros), que diz respeito ao investimento do PPI + trabalhos da própria entidade – Administração Directa, registando um decréscimo de 28,6% face ao ano anterior. A nível da **ÓPTICA ECONÓMICA – RESULTADOS**, temos: resultados operacionais positivos de € 6.038.848 (seis milhões e trinta e oito mil oitocentos e quarenta e oito euros), registando um decréscimo anual de € 104.476 (cento e quatro mil quatrocentos e setenta e seis euros); os resultados financeiros ficaram negativos com € -2.036.894 (menos dois milhões e trinta e seis mil oitocentos e noventa e quatro euros), representando um agravamento anual de 30,8%. Não obstante ter voltado a verificar-se uma redução efectiva da dívida municipal, a variação dos resultados financeiros foi influenciada pela operação de reestruturação financeira que terá promovido, na fase de transição, o aumento dos juros de mora debitados por fornecedores e ao aumento das taxas de juro de mercado em cerca de +17,5%; registando-se também uma diminuição anual de € 965.227 (novecentos e sessenta e cinco mil duzentos e vinte e sete euros), os resultados extraordinários apresentaram um resultado positivo de € 776.063 (setecentos e setenta e seis mil e sessenta e três euros), tendo este facto a ver com os proveitos relativos à venda de imobilizado registado em 2007, portanto não ocorridos em 2008 que determinaram assim o desvio verificado. Em termos de **Resultado Líquido do Exercício** atingiu-se € 4.778.016 (quatro milhões setecentos e setenta e oito mil e dezasseis euros), com uma diminuição de € 1.549.767 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta e sete euros) face a 2007. Entramos agora na **ÓPTICA FINANCEIRA E PATRIMONIAL**, que em termos de balanço verifica-se que o Activo Líquido totaliza € 109.916.974 (cento e nove milhões novecentos e dezasseis mil novecentos e setenta e quatro euros), registando um aumento anual de € 226.565 (duzentos e vinte e seis mil quinhentos e sessenta e cinco euros) e em termos de fundos próprios ficou-se nos € 37.730.722 (trinta e sete milhões setecentos e trinta mil setecentos e vinte e dois euros), registando um crescimento de € 4.841.605 (quatro milhões oitocentos e quarenta e um mil

seiscentos e cinco euros). Em termos de evolução da **Dívida/ Endividamento Municipal**: a **dívida total** no final de 2008 cifra-se em € 52.335.301 (cinquenta e dois milhões trezentos e trinta e cinco mil trezentos e um euros), mantendo uma tendência de diminuição consolidada nos últimos anos, registou uma variação de decréscimo de € -2.849.868 (menos dois milhões oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e oito euros), -5,2% face a 2007. Em termos de **Endividamento Líquido Municipal**, ficamos nos € 41.780.566 (quarenta e um milhões setecentos e oitenta mil quinhentos e sessenta e seis euros), registando uma variação de menos € 1.828.932 (menos um milhão oitocentos e vinte e oito mil novecentos e trinta e dois euros), redução que superou em € 20.818 (vinte mil oitocentos e dezoito euros) o montante de redução imposto pelo n.º 2 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais. Aqui também convém referir que esta margem de redução não foi maior tendo em conta que nós tivemos que fazer uma correcção contabilística nas contas de 2008, considerando como custo os € 734.514.000 (setecentos e trinta e quatro milhões quinhentos e catorze mil euros) dos fundos de La-Salette e que por reserva do Revisor Oficial de Contas, no relatório de 2007 considerou que aquilo tinha que ser considerado como investimento financeiro e nesse sentido nós fizemos essa correcção. Entretanto a Inspecção Geral de Finanças diz que a nossa posição estaria certa e então nós fizemos ainda este ano, relativo ao exercício de 2008, esta correcção senão a margem de redução seria superior. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Óscar Oliveira, Armindo Nunes, Dr. Isidro Figueiredo e Eng.º Joaquim Jorge Ferreira. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Senhor Presidente, do tempo que nos é colocado do ponto de vista regimental para analisar os documentos, quanto à questão das contas, efectivamente por vezes torna-se muito complicado pois exige um aprofundamento muito grande e é neste quadro que a minha apreciação é mais uma vez uma posição em relação aos números. A interpretação que nós fazemos este ano dos documentos que nos foram entregues, na nossa óptica, é que se verificou positivamente um esforço da parte do Executivo quanto às receitas usufruídas no ano 2008 comparativamente ao ano anterior. Uma execução orçamental nas receitas na ordem dos 89,8%, é bastante razoável na nossa apreciação, isto comparativamente às que se cifrou em 2007, que foi de 58,5%, efectivamente há aqui um passo significativo. É evidente que em termos numéricos esta previsão e as receitas adquiridas, verifica-se uma quebra de € -7.765.237 (menos sete milhões setecentos e sessenta e cinco mil duzentos e trinta e sete euros), que é um número já um pouco relevante ao que estava previsto. Quanto à rubrica das despesas, verificou-se significativamente um aumento das dívidas em relação a 2007, que se cifraram nos 55,7% e para 2008 totalizou 88,4%, ou seja, +32,7% do que no ano anterior. Estes valores e a diminuição das dívidas no capítulo das despesas tem a ver objectivamente com o empréstimo contraído de € 34.000.000 (trinta e quatro milhões de euros), que muito ajudou de alguma forma a pagar aos fornecedores e a outras instituições, desafogou de alguma forma o Executivo. Em relação à contratação deste empréstimo não estive na Assembleia Municipal por questões de outras situações, mas estive quando foi em relação aos € 16.000.000 (dezasseis milhões de euros) e na altura disse que o Município tinha toda a legitimidade como os outros Municípios ou outros Países, até de outras forças políticas, porque se o Município não tivesse tomado estas medidas se calhar em algumas áreas teria que fechar as portas, porque se não a dívida era já

enormíssima e depois tínhamos aí os fornecedores e os trabalhadores de algumas empresas a fazer barulho, as próprias freguesias e colectividades também em relação a esta situação. Quanto ao Plano Plurianual de Investimentos, naquilo que nos é apresentado, verificou-se uma taxa de execução na ordem dos 86 %, ou seja, superior ao ano 2007, ou seja, em 2007 eles cifraram-se nos 29% e por exemplo em 2006 eles cifraram-se nos 53%, houve efectivamente aqui um aumento significativo. Agora é evidente que na nossa óptica, comparativamente àquilo que nos é colocado, em relação a algumas obras que se complementaram, tem também a ver com o período das eleições, mas também é verdade que muitas das prioridades deste Município e que as populações necessitavam ficaram por serem realizadas. Quanto à situação financeira e patrimonial, pensamos que aqui de alguma forma a “porca torce o rabo”, porque dos números apresentados verifica-se um grande aumento do passivo de médio/longo prazo de € +15.643.330 (quinze milhões seiscientos e quarenta e três mil trezentos e trinta euros) do que em 2007. Pensamos que há uma grande preocupação em relação a esta questão da dívida, houve efectivamente um decréscimo na ordem dos dois milhões, mas a verdade é que tem cinquenta e dois milhões ainda em dívida e como tal são números muito preocupantes, que na nossa óptica a sua solução a curto e médio prazo será muito difícil. Vamos ter eleições, estamos num quadro eleitoral e o Município, a gestão que vai gerir os destinos, vai ter aqui grandes problemas para gerir novamente esta dívida, que efectivamente é uma dívida enormíssima. Como anteriormente já afirmamos, achamos que é fundamental para que a dívida seja diminuída que sejam tomadas medidas eficazes, não só na contenção das despesas mas também no aumento das receitas extraordinárias. Quanto às grandes opções, para nós é essencial que se avance com a conclusão da rede de saneamento básico e de tratamento de águas residuais, porque pensamos que aquilo que foi gasto foi pouco, houve aqui alguns passos positivos, mas o que os números ilustram em relação à proposta de Orçamento e Plano para 2009 não dá para muita coisa, são números irrisórios e que de alguma forma não correspondem aos anseios das populações, que necessitam desta carência, que é um bem elementar para a sua qualidade de vida, que é uma boa rede de água e saneamento. Para terminar, quanto às contas, não pretendemos colocar em causa os técnicos, que de alguma forma tudo fazem para que as contas que nos são apresentadas estejam correctas, por isso não temos grandes motivos na nossa avaliação para que elas estejam erradas ou viciadas, aliás elas até são acompanhadas por um parecer técnico de um Revisor Oficial de Contas, que nos ilustra esta questão. Para a CDU, a Prestação de Contas de 2008, que nos é posta para avaliar, discutir e votar os seus documentos, demonstram para nós que houve alguns passos positivos para o seu equilíbrio financeiro e também de algumas medidas urgentes para liquidar as dívidas, mas para nós as prioridades, as grandes opções, é evidente que não se coadunam com aquilo que nos é aqui colocado. Nós não estamos aqui a discutir o Orçamento e o Plano de Actividades, penso que num futuro próximo, em Dezembro, vamos discutir as Grandes Opções e Planos de Actividade num quadro diferente. Tenho dito, obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS, que disse: =====

===== Temos em discussão os documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao exercício de 2008. Este foi o ano em que se contraiu o empréstimo bancário de longo prazo no valor de € 34.000.000 (trinta e quatro milhões de euros), quase totalmente utilizado, pelo que as contas estão fortemente influenciadas por este facto, muito especialmente a Execução Orçamental. Privilegiarei, por isso, uma breve análise económica e financeira. E começo por dizer que, no caminho escolhido pelo Executivo, a evolução das contas tem registado alguns progressos no bom sentido. Mas

esse caminho, como a minha bancada tem repetidamente afirmado desde o início, não é para nós o caminho certo. Destaco alguns valores que considero relevantes para uma avaliação do estado das contas do Município: 1- Os Fundos Próprios (ou a Situação Líquida), mantém uma linha de crescimento, embora ligeira, o que é positivo, situando-se em € 32.953.000 (trinta e dois milhões novecentos e cinquenta e três mil euros), correspondente a 34% do Balanço. Mesmo assim apresenta um valor inferior à média nacional, que é superior a 60%. 2- No Passivo regista-se uma transferência substancial da conta de Dívidas a Terceiros de curto prazo para a Dívidas a Terceiros de médio/longo prazo. Os rácios de liquidez, tiveram assim uma alteração substancial, encontrando-se agora dentro de parâmetros normais. 3- Mas pouco se alterou, no entanto, quanto ao endividamento Líquido (esse englobando também as dívidas de médio/longo prazo), que se mantém praticamente ao mesmo nível do ano anterior, na ordem de € 45.000.000 (quarenta e cinco milhões de euros). Está mesmo excedido o limite dos empréstimos do município, previsto no nº 2 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais. Para que melhor se perceba a dimensão deste monstro, basta um dado muito simples: Cada Oliveirense está endividado em € 625 (seiscentos e vinte cinco euros) à custa do seu Município. 4- A redução da Dívida a Terceiros foi de € 2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil euros). A este ritmo de recuperação vamos ter um longo caminho a percorrer. A continuarmos assim, temos de reduzir drasticamente a capacidade de investimento, mesmo aquele que é participado, ou então temos de aumentar as receitas, que o mesmo é dizer penalizar o Município. A solução do problema está do lado da despesa e nunca do lado da receita. Na análise do desempenho económico do Município, registam-se também alguns progressos, mas infelizmente os estrangimentos estruturais mantêm-se. Destaco pelo seu peso na estrutura de Custos, duas rubricas, determinantes: Os Custos com o Pessoal: Atingiram um montante de € 10.425.000 (dez milhões quatrocentos e vinte e cinco mil euros), comparando com € 10.494.000 (dez milhões quatrocentos e noventa e quatro mil euros) do exercício de 2007. Representavam então 36% do total dos Custos, representam neste exercício cerca de 34%. A média nacional para os Municípios de média dimensão, como é o nosso, é de 31 %, pelo que estamos claramente acima dessa referência. Custos Financeiros: Atingiram no exercício o valor de € 2.131.000 (dois milhões cento e trinta e um mil euros) contra € 1.651.000 (um milhão seiscentos e cinquenta e um mil euros) do ano anterior. Quanta obra, quanto apoio social, quanto incentivo económico poderíamos fazer com este dinheiro. Os custos financeiros representam já um peso de 6,94% na estrutura de custos. Também para que melhor se perceba, devo referir que a média nacional foi de 3,78% em 2007. Continuo a pensar que a obra feita não justifica que se tenha criado esta situação ao Município, que vê um enorme volume de recursos serem consumidos gratuitamente em juros. Neste quadriénio foram gastos € 5.656.00 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e seis mil euros) nesta rubrica. Já quanto aos Proveitos, os valores mantêm-se idênticos ao ano anterior, destacando-se um pequeno aumento da rubrica de Transferências e Subsídios Obtidos, que passou de € 14.495.000 (catorze milhões quatrocentos e noventa e cinco mil euros) para € 15.112.000 (quinze milhões cento e doze mil euros), sendo assim responsável por 42,6% do financiamento. O todo nacional tem um peso de 38,12% em 2007. A rubrica de Impostos e Taxas atingiu o montante de € 10.413.000 (dez milhões quatrocentos e treze mil euros) sendo responsável por 29,3% do total dos Proveitos. O Resultado Líquido foi positivo, em de € 4.778.000 (quatro milhões setecentos e setenta e oito mil euros). Se expurgado da correcção por alteração do critério de reconhecimento dos subsídios e participações, ficaria em € 3.406.000 (três milhões quatrocentos e seis mil euros), contra € 6.329.000 (seis milhões

trezentos e vinte e nove mil euros) do ano anterior. O investimento teve um decréscimo de 28,6% face ao ano anterior, cifrando-se em € 8.176.000 (oito milhões cento e setenta e seis mil euros). E o investimento em saneamento foi de € 404.000 (quatrocentos e quatro mil euros) e em abastecimento de água de € 440 (quatrocentos e quarenta mil euros). Não me canso de falar nestas infra-estruturas básicas, porque considero que foi nesta área que o Executivo teve uma das suas maiores omissões. A menção destes números, pouco dirá isoladamente. Serve essencialmente para suportar uma visão global negativa das políticas seguidas pelo Executivo e do que nos reservaria o futuro se persistíssemos neste rumo. O Município tem uma estrutura de funcionamento demasiado pesada, temos custos financeiros exorbitantes, não conseguimos gerar fundos para o Investimento. E sem o investimento não conseguimos desenvolver o Município, seja na vertente económica, porque não fomos capazes de fazer em devido tempo as infra-estruturas industriais, seja na vertente social, porque não conseguimos criar infra-estruturas básicas para a qualidade de vida dos cidadãos. De nada adianta o investimento em imagem e marketing do Executivo, nem o esforço para transformar em acontecimentos os mais insignificantes eventos, porque nada substitui a necessidade de satisfação das carências concretas dos munícipes e do município. E o que preocupa, é que assim não conseguimos. De nada adianta a exultação da audácia, coragem e persistência da estrutura municipal que e destacada no Relatório de Gestão a propósito da concretização do empréstimo bancário de € 34.000.000 (trinta e quatro milhões de euros). Porque estamos simplesmente a falar de pedir dinheiro emprestado, para acudir à situação financeira desesperada em que nos encontrávamos, fruto dos erros de anos de gestão. Um Relatório de Gestão relata factos e valores nus e crus; não tem que os adornar. Audácia, coragem e persistência era preparar o Município para o presente e para o futuro, era entregar as novas gerações os instrumentos do desenvolvimento e da qualidade de vida. E isso não fizemos. A minha Bancada sempre foi crítica das políticas que estão subjacentes a esta situação das contas do Município. Algumas medidas tomadas foram positivas, devo reconhecê-lo, mas foram tardias e insuficientes para combater o problema com a necessária coragem e determinação. E por isso vamos votar contra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Isidro Figueiredo, do PSD. =====

===== Relativamente aos documentos em apreço e pelo aquilo que aqui já foi amplamente evidenciado e especificado até pela apresentação inicial, não vou estar aqui propriamente a discutir os números e os números dos documentos que já estão explanados até pela leitura que o Senhor Armindo Nunes também acabou de fazer. Mas gostava, até para não alongarmos demasiado esta questão da apreciação das contas, que são dados objectivos. Gostaria de deixar aqui algumas notas relativamente àquilo que é a nossa apreciação política do documento em apreço. Em primeiro lugar, dizer que a Câmara Municipal estabeleceu objectivos para o ano 2008 e os documentos mostram que esses objectivos foram amplamente atingidos. Evidentemente também que é objectivo, e era um dos objectivos estabelecidos e onde está em especial este que era a diminuição efectiva da dívida, o que veio realmente também a ser concretizado. Obviamente não está alheio à política de gestão e de rigor implementada e que conseguiu esses resultados. Também dentro desta lógica e dentro desta leitura política dizer que estamos muito longe da ruína e desorientação tão apregoada pelos nossos detractores que já em 2006 elevavam a dívida da Câmara a mais de € 72.000.000 (setenta e dois milhões de euros) e

que a seguir a mesma lógica catastrofista já teríamos certamente ultrapassado aqueles valores. Ora, tal não aconteceu. Em tempo oportuno defendemos a necessidade de se contrair um empréstimo para fazermos face aos compromissos para com os fornecedores da Câmara Municipal, que só se concretizou em final do ano passado, apesar das tentativas frustradas em sentido contrário da Oposição. E prosseguir com um Plano de Saneamento Financeiro sustentado com metas e objectivos, que como os documentos evidenciam, foi possível atingir e consolidar. Este é para nós e ao contrário daquilo que para o Senhor Armindo Nunes é, este é o caminho certo definido e concretizado desde o início do mandato. Os resultados provam que estávamos certos, pelo que votaremos favoravelmente os documentos de Prestação de Contas 2008. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge, do PS, que fez a seguinte intervenção: =====

===== Eu começaria naturalmente por agradecer aos Serviços da Autarquia, mais concretamente à Divisão Administrativa e Financeira, o enorme trabalho que teve na elaboração de um documento que procurasse ser o mais elucidativo possível para todos nós e que pudesse ser o mais representativo possível da situação financeira da Autarquia. Mas, Prof. Isidro, o rumo certo com um milhão de contos pagos em quatro anos de juros? O Senhor conhece o orçamento das Juntas de Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis? O Senhor sabe quantas freguesias podíamos ter a mais em vez das dezanove que temos actualmente com o que pagamos em juros? Vamos falar em coisas simples, em coisas práticas, em coisas que as pessoas percebem. Donde é que vem o dinheiro da Câmara? Donde é que vêm as receitas da Autarquia? Cerca de 43% provém do Orçamento Geral do Estado, outros 43% provém, embora em proporções diferentes, da venda e prestações de serviços e também de impostos e taxas, estas receitas próprias são 29% enfim de cobrança de impostos e 14% da venda e prestação de serviços. Ora bem, vamos falar num número simples, que é um número interessante. Nos custos de perdas anuais do Município, já aqui foi referido esse número, temos € 2.131.000 (dois milhões cento e trinta e um mil euros) que correspondem a custos e perdas financeiros. Este número se comparado e eu gosto muito de comparações, com os custos totais, os tais €30.700.000 (trinta milhões e setecentos mil euros) suponho, não é um número assustador, não é um número muito representativo, mas se compararmos com que o Município recebe do Orçamento Geral do Estado, estamos a falar de 14% do que o Município recebe do Orçamento Geral do Estado. Estamos a falar também de 14% da receita própria que o Município consegue arrecadar da tal venda e prestação de serviços e dos tais impostos e taxas que cobra aos Municípios, ou seja, 14% da riqueza é consumida desta forma. Se quiserem, ainda outro indicador que ilustra o rigor e contenção de custo referida pelo Senhor Presidente, ilustra na minha opinião a dimensão dos erros de gestão do PSD. Este valor de custos e perdas financeiras e vou utilizar aqui alguns indicadores, são números que foram referidos pelo Dr. Figueiredo, estes 14%, este valor de € 2.131.000 (dois milhões cento e trinta e um mil euros) representam tudo o que a Autarquia gasta na distribuição de água, tudo o que a Autarquia gasta em combustíveis, tudo o que Autarquia gasta em electricidade, tudo o que a Autarquia gasta em Obras por Administração Directa. Talvez por aqui, com uma linguagem simples, com uma linguagem prática, tenhamos a possibilidade de perceber porque é que estamos a falar dos custos e perdas financeiras do Município e gostamos de ter uma ideia do que o futuro nos reserva. Quero com isto dizer Senhor Prof. Isidro, que 14% da riqueza que é

gerada neste Município ou das transferências que o Município recebe, vão direitinhos para pagar os graves erros de gestão que temos vindo a denunciar ao longo do mandato. Esta é que é a dura realidade. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Não sei se a Câmara Municipal quer dar algumas explicações. A apresentação foi bem-feita, tal como as intervenções, mostram um bom trabalho, o trabalho de casa bem feito. Se não há mais pedidos de palavra, podemos passar à votação, felicitando eu todos os Membros da Assembleia Municipal pela qualidade das suas intervenções e da análise feita às contas. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com os seguintes votos: a favor- vinte e seis do PSD; contra- quinze do PS; uma abstenção do CDS/PP e uma abstenção do PCP-PEV. =====

*===== **Ponto quatro:** Apreciação do Inventário de 2008 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação. =====*

===== Presente, para efeitos do n.º 2 al. e) do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o documento referido em epígrafe, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa a este livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar explicações. =====

===== É o cumprimento da Lei e não tenho nada a acrescentar à informação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido apreciados favoravelmente, por maioria, os referidos documentos, com a seguinte votação: a favor- vinte e seis votos do PSD, abstenções- quinze do PS, uma do CDS/PP e uma do PCP-PEV. =====

*===== **Ponto cinco:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2008 – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51- Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de € 4.778.015,85 (quatro milhões setecentos e setenta e oito mil e quinze euros e oitenta e cinco cêntimos), propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição de Reserva Legal, correspondente a cinco por cento do Resultado Líquido do Exercício, no valor de €

238.900,79 (duzentos e trinta e oito mil e novecentos euros e setenta e nove cêntimos), em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2- O valor de € 4.539.115,06 (quatro quinhentos e trinta e nove mil cento e quinze euros e seis cêntimos), que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar explicações. =====

===== Dado o Resultado Líquido do Exercício obtido em 2008 e verificando-se cumpridos os requisitos legais impostos pelo POCAL, propõe-se que estes sejam aplicados da seguinte forma: seja constituída a Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de € 238.900,79 (duzentos e trinta e oito mil e novecentos euros e setenta e nove cêntimos) e que o valor restante, no total de € 4.539.115,06 (quatro quinhentos e trinta e nove mil cento e quinze euros e seis cêntimos) seja transferido para Resultados Transitados. ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor- vinte e seis votos do PSD, quinze do PS, um do PCP-PEV e uma abstenção do CDS/PP. =====

===== **Ponto seis:** Certificação legal das Contas – Parecer do Revisor/ Auditor externo – Conhecimento e apreciação. =====

===== Presente o relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 2.º semestre de 2008, para conhecimento e tomada de posição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o relatório do Auditor Externo sobre as contas. Demos cumprimento à legislação. Faz uma análise exaustiva e aprova todas as contas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido relatório. =====

===== **Ponto sete:** Inclusão no PPI 2009 do projecto/ acção n.º 2/2009 com a designação “Beneficiação da Escola do Largo da Feira – Nogueira do Cravo – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Por existir uma factura de revisão de preços relativa à empreitada “Pinturas das Escolas EBI Alumieira - Loureiro e Largo da Feira - Nogueira do Cravo” no valor de € 198,91 e porque o projecto/acção já não consta do PPI/2009, é necessário fazer a inclusão desta empreitada no PPI/2009 afim de se proceder aos registos contabilísticos correctos. Para isso ficará registada com o Projecto/Acção nº 2/2009”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma empreitada que foi feita e que faltava uma factura de revisão de preços no valor de € 198,91 (cento e noventa e oito euros e noventa e um cêntimos), que é da Escola do Largo da Feira, em Nogueira do Cravo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto oito:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento financeiro – Reporte a 31/12/2008 – Após encerramento de Contas – Conhecimento e tomada de posição. =====

===== Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/ 2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma questão de analisarem o relatório, que está devidamente elaborado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ilídio Lopes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== O Relatório de Acompanhamento da Execução do Saneamento Financeiro, confirma-nos aquilo que já se esperava: - A redução substancial, mas ainda parcial, das responsabilidades de curto prazo do município para com fornecedores, empreiteiros e outras instituições. Parcial, porque a utilização do empréstimo, a 31 de Dezembro, ainda não se encontrava esgotada. - A gestão consciente e cuidada do Executivo Municipal, onde, a preocupação de assegurar o equilíbrio das contas presidiu as decisões de despesa e investimento tomadas ao longo do ano. - O cumprimento da Lei das Finanças Locais, em conformidade com a vontade e compromisso expressos no Plano de Saneamento Financeiro aprovado nesta Assembleia, pela maioria PSD. Pelo exposto, a Bancada do PSD reitera à Câmara Municipal o seu apoio e a sua confiança na boa concretização da estratégia de consolidação económico-financeira em curso. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido documento.

===== **Ponto nove:** Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2009 – Aprovação. ==

=====
Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que na reunião de Câmara de 22 de Dezembro de 2008 e sessão de Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2008, foi aprovado o mapa de pessoal para 2009; - Que com a presente alteração são **extintos 4 postos de trabalho** na área de “**Acção social**”, nomeadamente 2 Técnicos Superiores, 1 Assistente Técnico e 1 Assistente Operacional, tendo em consideração a continuidade de financiamento ao Serviço Itinerante de Atendimento na área da Família, assegurado desde 2005, pelo Projecto “SOLIS”- Programa PROGRIDE; - Que o mapa de pessoal compreende a **totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as actividades previstas no Plano de Actividades** que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou actividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular – nos termos do art. 5º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro); - Que para o desenvolvimento das respectivas actividades, foi agora constatado que o organismo carece de: a) **Um trabalhador** para assegurar a **direcção do Gabinete de Protecção Civil** em correlação directa com o serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, considerando a ligação intrínseca entre as duas áreas e consequentemente o aumento de eficácia/eficiência de actuação numa perspectiva de prevenção e actuação para eliminação/minimização de riscos, tanto no universo trabalhador/empregador como ao nível de população/município, b) **Um trabalhador** para assegurar a **direcção da Divisão de Recursos Humanos**, tendo em consideração a variedade de actividades envolvidas em matéria de gestão de recursos humanos e gestão por objectivos, bem como a aplicação dos novos requisitos legais exigíveis, nas várias vertentes desta área; c) **Um trabalhador** para assegurar a **direcção Divisão Desenvolvimento Económico**, tendo em consideração as várias actividades da mesma; d) **Um trabalhador** para assegurar a **direcção da Divisão de Obras por Administração Directa**, tendo em consideração a diversidade de serviços e recursos humanos envolvidos; e) **Um trabalhador** para apoio no atendimento e na concepção e desenvolvimento de sistemas de controlo de organização e gestão de tarefas de cobrança, bem como técnicas de planeamento de actividades com domínio das vertentes contabilísticas de natureza orçamental, patrimonial e de custos, visando o encerramento das contas e valores nos postos de cobrança e apuramento de custos pelos centros de actividades no **Gabinete de atendimento ao Município**; f) **Um trabalhador** para executar funções de planeamento, organização e controle de trabalhos na área de “**Divisão de Contabilidade e Património**”; g) **Um trabalhador** com competência na área Técnica Superior de Gestão de forma a garantir o controlo de todas as operações inerentes à gestão Administrativa de Stocks do Município da “**Divisão de Compras e Aprovisionamento**”; h) **Um trabalhador** para executar funções de organização, planeamento e controle de trabalho, bem como análise de processos e circuitos de informação, tendo em vista, não só a sua racionalização e simplificação, mas também à adequação e conformidade com os processos definidos pelas Autoridades de Gestão e todos os Programas Operacionais que integram o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) no “**Departamento de Obras Municipais**”; i) **Um trabalhador** com carta de transportes colectivos devido ao aumento dos transportes escolares efectuados pelo Município e devido trabalhadores que se aposentaram; j) **Um trabalhador** para apoio administrativo no **Gabinete de Desmaterialização do Centro de Informática, Sistemas e Telecomunicações**, tendo em consideração aumento de volume de trabalho devido à implementação da Gestão Documental e Workflow na Câmara Municipal; l) **Dois Assistentes Técnicos, um Assistente Operacional e um Fiscal de Águas e Saneamento** para fazer face à eventualidade de, findo o período experimental não ocorrerem a reclassificação definitiva dos mesmos. - O enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal e a necessidade de ser criado o posto de

“Comandante Operacional Municipal”, em cumprimento do disposto no art. 13º da Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro; - Que **“Os mapas de pessoal são aprovados, mantidos e alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento e tornados públicos por afixação no órgão ou serviço e inserção em página electrónica, assim devendo permanecer.”** (n.º4 do art. 5º da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro); - Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos na Administração Pública, **propõe-se:** - A alteração do mapa de pessoal de 2009, nos termos expostos, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como o anexo 2 com a descrição dos postos de trabalho; - Se remeta a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 4º e 5º (n.º1, 2, 3) da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugada com o art. 53º n.º2 alínea o) e art. 64º, nº6 alínea a) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. - Posteriormente, se torne público, por afixação no órgão ou serviço e inserção na página electrónica (art. 5º, nº3 da LVCR)”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Eu creio que a proposta também é suficientemente esclarecedora, no âmbito da nova legislação que rege a definição de quadros de pessoal, cujo quadro foi aprovado em sede do Orçamento e Plano de Actividades em Dezembro último. Portanto, sempre que há a necessidade do Município dotar ou extinguir alguns postos, portanto fazer alteração ao quadro de pessoal particularmente, identificando os lugares que eventualmente possam vir a ser preenchidos no decurso do ano. Havia aqui algumas alterações que careciam e que não foram integradas devidamente no plano feito em Dezembro e que são agora aqui submetidas à Assembleia Municipal, à semelhança do que aconteceu com o anterior. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Independentemente da proposta que nos é aqui apresentada, e talvez parafraseando um bocado o que o Helder Simões tem dito aqui ao longo desta Assembleia, de que é necessária mais informação, a Bancada do Partido Socialista não pode deixar de trazer aqui, de recordar sobre este ponto, alguns factos que já ficaram patentes aquando das contas. E os factos são estes: o custo do Pessoal na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis representa cerca de 34% do volume dos custos, quase o dobro de um ponto, de um item da contabilidade que se chama fornecimentos e serviços externos, que toda a gente sabe o que é. E a mensagem que o PS traz aqui é que de facto não assistimos por parte da Câmara Municipal a uma contenção de despesas num domínio como é este, no domínio do Pessoal. Eu digo isto porque falando com as pessoas, com os Municípios Oliveirenses, de facto uma preocupação que é premente e uma preocupação que está latente em tudo aquilo que as pessoas pensam no domínio da gestão da Câmara Municipal, é de facto a gestão do Pessoal. Todos nós concordamos que a gestão do pessoal é feita de forma não muito racional, porque também não é muito normal haver 34% do custo ser afecto ao Pessoal. O Senhor Armindo na sua intervenção, estivemos todos

atentos naturalmente, também referiu que a média dos Municípios relativamente à despesa do Pessoal também não será muito menor, creio que ao nível dos 30%. Mesmo assim, estes 4% ao nível da despesa são um nível bastante elevado. E a sugestão do Partido Socialista, que não vai votar contra obviamente, não faz sentido votar contra, é que de facto se racionalize mais todas estas questões do Pessoal, porque de facto onde nós podemos cortar custo é com o Pessoal e é importante racionalizar isto. É uma medida, é uma dívida que esta Câmara Municipal deixa aos vindouros, à próxima Câmara Municipal que será empossada e a mensagem será de facto a racionalização e a contenção. Eu sei que a resposta a esta minha intervenção é fácil, o Dr. Rosa já explicou isto, é preciso votar, é uma imposição legal votar nos quadros, mas essa resposta entronca de facto na questão da racionalização e na questão da contenção de custos. É essa a mensagem que a minha Bancada deixa aqui. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigada, deixada a mensagem julgo que não há esclarecimentos a prestar, ficou bem explícita e agradece-se a mensagem. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor- vinte e seis votos do PSD, um do PCP-PEV, um do CDS/PP; abstenções-quinze do PS. =====

===== **Ponto dez:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, para a realização da prova “Memorial Bruno Neves” – Autorização/Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que são objectivos da “Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves” o fomento da prática desportiva e a aprendizagem do ciclismo nas camadas mais jovens e na região em que se insere, promovendo o aparecimento de novos valores para a modalidade, bem como organizando provas de ciclismo e através delas divulgando o concelho de Oliveira de Azeméis; - Que a Escola de Ciclismo organiza a 26 de Abril de 2009, o “1º Memorial Bruno Neves”, prova de âmbito nacional, incluída no Calendário Nacional de Ciclismo, com circuito no concelho de Oliveira de Azeméis, com divulgação em vários meios de comunicação, designadamente televisivos; - Que se trata de evento de grande relevância e de interesse municipal, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves”, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que visa estabelecer os termos da colaboração institucional tendo em vista a realização do “1º Memorial Bruno Neves”, ao abrigo da alínea a) e b) nº4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro: - Que seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Considerando as competências do Município em matéria de desporto e tempos livres, designadamente na divulgação e promoção da actividade física junto dos cidadãos; considerando que após o falecimento do Ciclista Bruno Neves em 2008, amigos e familiares

deste desportista Oliveirense criaram em sua memória a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, com o objectivo de fomentar a prática desportiva e aprendizagem do ciclismo na região, bem como organizar provas desportivas promovendo o município através da prática do ciclismo; considerando que esta Associação se propôs a organizar uma prova de ciclismo de âmbito nacional, incluída no calendário nacional de ciclismo, com circuito na cidade de Oliveira de Azeméis, que denominou de “1º Memorial Bruno Neves”, com grande relevância e grande interesse municipal, a Câmara Municipal não podia deixar de se associar à realização desta prova, o que fez através de uma comparticipação financeira no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros). Pelo exposto, solicita-se a ratificação do presente protocolo e a convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor António Grifo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal. =====

===== A nova Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, com sede na freguesia de Nogueira do Cravo, organizou no passado dia 26 uma prova de ciclismo denominada “1º Memorial Bruno Neves”, em homenagem ao Ciclista que é seu Patrono e que faleceu no dia 11 de Maio de 2008, quando disputava a Clássica de Amarante. Esta prova teve o seu percurso através de várias freguesias do nordeste do Município, prova que foi disputada no sistema de circuito e cujo itinerário foi de cento e cinquenta e dois quilómetros. Teve a sua partida simbólica em frente à Câmara Municipal e a partida real em frente ao edifício da Lactogal, sendo o seu termo em Nogueira do Cravo, estando a meta instalada em frente ao edifício da Junta de Freguesia. Contou com um pelotão de cento e doze corredores, de vários países e distribuídos por catorze equipas e é uma prova que faz parte do calendário nacional da Federação Portuguesa do Ciclismo. Esta primeira edição foi um grande êxito, não só a nível desportivo como também se revelou um evento com enormes potenciais de divulgação do nosso Município e daquilo que por cá se faz, dado que a prova teve divulgação de toda a comunicação social, incluindo as televisões e ao longo do percurso teve a presença de muitos milhares de espectadores. Quem estiver interessado em ver ou rever o evento, passou hoje na SportTV1, amanhã às 23h e 20m na SportTV1, sexta-feira 01 de Maio na SportTV1, sábado 02 de Maio na SportTV2 (19h) e domingo 03 de Maio SportTV1 (9h e 20m). Assim, julgamos que no que concerne aos apoios que a Câmara Municipal deve conceder com vista à percussão de eventos de interesse municipal, o Executivo entendeu, e quanto a nós muito bem, estabelecer uma parceria e protocolou com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves a realização do evento em questão. Felicitamos a Câmara por esta parceria, não só pelo que ela representou na prática, no passado domingo, para a divulgação do Município e colocando-se ainda na primeira linha na homenagem que esta prova pretende ser à memória do Bruno e com certeza que fez sentir aos Órgãos Sociais da Associação da Escola de Ciclismo Bruno Neves de que poderão contar sempre com a Câmara Municipal para alcançarem os objectivos a que se propõe, mormente o fomento da prática do ciclismo nas suas várias vertentes com principal incidência na formação dos jovens de todo o Município e organizando provas desportivas que irão com certeza promover, e muito, o nosso Município. Para terminar, desejar que este 1.º Memorial seja o primeiro de muitas provas de ciclismo de muito elevado nível que a Escola Bruno Neves possa vir a realizar. Muitos parabéns à Câmara Municipal e à Escola Bruno Neves por esta realização. Obrigada. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ratificar o protocolo de colaboração celebrado com a Associação Escola de Ciclismo Bruno Neves, para a realização da prova “Memorial Bruno Neves”, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

===== *Já me tinham feito sinal, eu não tinha reparado, mas já passa da meia-noite e como sabem o nosso Regimento, o art.º 14.º, diz que as Assembleias não se podem prolongar para além das vinte e quatro horas, salvo deliberação expressa do plenário. Eu não me atrevo a pedir o prolongamento da Sessão aos Membros da Assembleia, portanto uma deliberação expressa no sentido de prolongarmos esta sessão, por uma razão muito simples: pela presença de público desde as oito horas, nesta sala e obviamente que estando presentes eu tenho de perguntar se querem usar da palavra. Portanto, eu julgo que se estivessem de acordo, nós interromperíamos a Ordem de Trabalhos no ponto dez, eu já percebi que vai haver dificuldade de conciliar agendas para marcação da continuidade da Assembleia, mas o mais tardar até amanhã tinha que se definir nova data com os Grupos Parlamentares, ou ainda hoje no final nós tentarmos encontrar aqui uma data que seja consensual. Se concordassem eu perguntava ao Público se alguém quer usar da palavra, há várias pessoas a fazer sinal e havendo Público eu acho que devíamos interromper a sessão imediatamente e iniciávamos o Período destinado ao Público. Estamos de acordo? Nada a opor? Muito bem, então ficamos no ponto dez da Ordem de Trabalhos. =====*

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos, Jorge Paiva, Altino Tavares, Roma Resende e Prof. Leonel Martins. =*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====*

===== *O que me trás aqui hoje, e depois de ouvir falar em tantos milhões eu venho falar de tostões. É uma iniciativa de que alguns já ouviram falar, desculpem se vão tornar a ouvir falar nela, já falei dela com o Senhor Presidente da Câmara, falei dela telefonicamente com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas queria pô-la aqui à Assembleia Municipal no seu todo, porque tem a ver com algo em que eu acredito e algo que nestes tempos, não vou usar a palavra, vou dizer nestes tempos de dificuldade nós temos de ter alguma imaginação para ultrapassarmos os tempos de dificuldade e acho que com empenhamento de cada um e com aquilo que cada um pode fazer, as dificuldades possam ser melhor ultrapassadas. Tem a ver com o seguinte: não é nada que eu já não tenha feito no passado, eu já fiz estas três corridas, eu vou chamá-las e baptizei-as de corridas solidárias, já as fiz no passado e o que eu proponho este ano é aliar essas corridas a algo solidário e fazer dessa corridas algo que já se faz muito nos Estados Unidos, bastante em Inglaterra e fiquei depois a saber, depois de apresentar publicamente, que é a primeira vez que se faz em Portugal, que é juntar a parte solidária e aproveitar estas corridas para angariação de fundos. Escolhi três instituições, três prestigiadas instituições de Oliveira de Azeméis, a saber: a CERCIASZ, o Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho e a Santa Casa da Misericórdia. Não me perguntem o porquê destas, claro que haviam*

outras que podiam estar aqui, no futuro se calhar temos de alargar isto, mas são três instituições que dispensam apresentações. O que eu vou fazer, a angariação de fundos, vai corresponder exactamente nessa medida, eu irei fazer os duzentos e setenta quilómetros, a primeira será já neste próximo fim-de-semana, os Caminhos de Santiago, que começará em Vila Praia de Âncora e terminará em Santiago de Compostela. A correr, a andar, a gatinhar, eu vou ter de chegar a Santiago de Compostela, vou ter que fazer estes cento e sessenta quilómetros e mais tarde no Gerês cinquenta quilómetros e mais tarde ainda na Freita sessenta quilómetros. Eu irei correr os quilómetros e irei transformar esses quilómetros em euros, ou seja, eu Ricardo Bastos irei oferecer € 270 (duzentos e setenta euros) a estas instituições. O convite que eu vos queria fazer, é isso que eu pretendo, é que se apresente um número interessante, as corridas ainda não começaram e neste momento já vamos nos setecentos e poucos euros, que as pessoas dêem, não se importem, não esperam pelo Natal, podem fazê-lo já agora. Eu tenho aqui uns papelinhos, vou entregar ao Senhor Presidente da Assembleia, que dizem a forma como o devem fazer, há um NIB, um apartado e um e-mail se quiserem tirar algumas dúvidas. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado pela apresentação do projecto solidário e desde já boa sorte para os duzentos e setenta quilómetros e obviamente que vamos chegar a cada Membro da Assembleia Municipal esta informação que o Ricardo Bastos simpaticamente aqui nos deixou. =

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite. É com satisfação que estou numa escola e venho aqui com alguma preocupação, depois de ouvir os Membros desta Assembleia preocupados em lutar com pretensões de equipamentos, várias valências que o nosso concelho tem e que dizem que as vão perder e eu senti com orgulho ouvir os Membros da Assembleia realmente a lutar por elas, para elas não fecharem e não se deslocarem. A minha preocupação diz respeito à minha terra e digo isto com tristeza agora. Trata-se de uma escola, “rumores”, que mais uma escola de Fajões vai fechar, ou seja, é a história da minha terra que está em causa, é a história do presente e a história do futuro. Quando eu vejo aqui dois elementos, hoje por acaso um elemento, na Assembleia Municipal da minha terra, que tem responsabilidades acrescidas no Município através da Assembleia e que também deveria ter também como defensor da terra, deveria preocupar-se, no meu ponto de vista, embora eu não tenha nada que me imiscuir nos trabalhos da Assembleia, mas devia sentir preocupação, bairrismo, lutar por aquilo que nós temos. Agora fala-se na perda de identidade, se a escola fechar como já fechou uma há um ano, e eu no Pinheiro da Bemposta também questioneei a Assembleia Municipal, alertei para as minhas preocupações e nessa altura eram rumores, mas o facto é que ela fechou passados dois meses. Agora também são rumores, consta-se que se calhar já não fecha. Estamos realmente numa época de economia, mas eu penso que por essa via uma escola primária que tem cerca de quarenta alunos, a outra também os tinha e foi deslocada para Cesar, não tenho nada contra Cesar antes pelo contrário tenho muito respeito pela freguesia de Cesar, mas Fajões tem muitas condições para manter as escolas de pé. Lutar é por mais, pensar mais alto, não é pensar por baixo. Agora, aquilo que eu lamento é que não se lute através do CAE onde pessoas de Fajões têm responsabilidades acrescidas, na DREN idem aspas e não se diga nada ao povo. Se a Junta de Freguesia não tem capacidade reivindicativa, a Assembleia Municipal que diga alguma coisa, que ponha uma palavra no povo, porque eu enquanto Fajoense não tenho a menor

dúvida, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, e gostaria que o Senhor Presidente fizesse chegar ao Senhor Presidente da Câmara para eu ter uma resposta ou alguma informação cabal sobre esse assunto, porque eu enquanto Fajoense irei lutar pelos direitos dos vindouros. Tenho dito, obrigado. =====

===== Muito obrigado, Senhor Jorge Paiva, com certeza que irá ser recolhida informação e será depois dada informação sobre o assunto aqui explanado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite. Não venho fazer outras perguntas a esta Assembleia, mas solicitar que dêem resposta ao que apresentei na Assembleia de 27/06/2008, para o seguinte: Quanto ao corte na circulação nas Ruas Bento Carqueja e António Alegria por pilares que não descem para cargas e descargas e a isso obriga a uma manobra de inversão de marcha e em alguns casos de marcha atrás, muito perigosa e sujeita a graves acidentes. Quem é o responsável por essa manobras perigosas? Quem fiscaliza o espaço para cargas e descargas, que para esse fim está disponível e que está todo o dia ocupado pelas mesmas viaturas? Onde podemos estacionar para cargas e descargas, sem incorrer a manobras perigosas? Logo a seguir na Assembleia Municipal de 29/12/2008, para além de solicitar resposta ao que atrás mencionei, fiz outros reparos que aguardo resposta e que passo novamente a descrever, também ligado às ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria, quer pela dificuldade na circulação e nas manobras de veículos ligeiros ou de viaturas pesadas. Se existir um incêndio nas ruas pedonais, a responsabilidade pela demora no combate ao incêndio é da Câmara ou dos Bombeiros? Se acaso haja necessidade numa emergência médica, nas ruas pedonais Bento Carqueja e António Alegria pelos Bombeiros ou pelo INEM, quem é responsável pela demora nessa emergência, a Câmara ou os Bombeiros? Se acaso haja necessidade numa rápida intervenção por parte da GNR, devido a distúrbios ou assaltos a pessoas ou bens, nas Ruas Bento Carqueja e António Alegria, quem é responsável pela demora nessa intervenção, a Câmara ou a GNR? Tenho dito.

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Roma Resende, residente nesta cidade. =====

===== Boa noite. Não venho cá fazer novamente a pergunta que fiz nas duas últimas sessões, porque afinal o negócio parece que não é para realizar e como tal era uma pergunta desnecessária. Venho cá para perguntar, sugerir, relacionado com eventos em que utilizamos muito a avenida principal, a Avenida António José de Almeida. Quebrando a coluna vertebral de escoamento da cidade, a cidade fica paralítica. O 25 de Abril deve ser comemorado, mas julgo que se deve encontrar outra zona. A manter-se na Avenida António José de Almeida, a GNR ou a Câmara Municipal, não sei quem é que comanda, deve alterar alguns sinais para que haja uma melhor fluidez do trânsito. No sábado passado foi muito complicado, eu que sou da cidade e vinha no sentido do mercado, depois de ter passado o corte da 25 de Abril, já não pude voltar para trás porque ia engarrafar mais o trânsito se viesse de marcha atrás e podia ter um acidente com a minha viatura e depois ninguém me pagava. Desci a rampa do mercado, cheguei ao Condes e Costa e fui obrigado, e bem, virar à esquerda, contorno a cidade. Para cima não fui e fui ver se tinha escapatória para baixo, fui à rotunda do Pocinho, voltei para cima, tive de subir a Rua Simões dos Reis e fui outra vez ter a Santo António, para o mesmo problema. Ora, acho que temos outras zonas onde isso pode ser feito, com outras condições. A manter-se na

Avenida António José de Almeida há ruas que têm de ter os dois sentidos ou sinalização de forma a facilitar. Falando do 25 de Abril, passaram-se trinta e cinco anos e é com alguma tristeza que eu assisto nas Assembleias Municipais as Bancadas a gladiarem-se. Eu até já pego nas palavras do Rui Rio para dizer que aqui é exactamente a mesma coisa “cada um apresenta a melhor proposta”, se de um lado apresenta uma proposta, do outro lado diz “isso já está considerado, a nossa é melhor”. Não saímos daqui, Oliveira de Azeméis não tem progredido e não vai progredir enquanto nós continuarmos a pensar desta forma. Eu tenho uma camisola, não a renego, mas tem de ser através do diálogo, da concertação, que se resolvem os problemas e não vamos pensar que amanhã os que hoje são poder vão criticar os que vão ser poder. Os que hoje são poder, um dia, faticamente ou ciclicamente, é natural, vão ser oposição e andamos sempre aqui a criticar. Eu não vi aqui nenhuma proposta, podem agora associar a minha declaração à cor que eu tenho, não estou com ela vestida, nunca ou raramente uma proposta deste lado da Bancada tem a anuência dessa Bancada e eu acho que ou estes são muito maus ou vocês são muito bons, mas penso que nem uma coisa nem outra e que deve ser através do diálogo que as coisas se devem resolver porque quem vai sofrer com isso são os nossos filhos ou os nossos netos. Tenho dito. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Eu sou a testemunha viva da preocupação do Senhor Roma Resende no dia 25 de Abril, com o estacionar do carro, mas mesmo assim conseguiu comprar o “Expresso”. Só dar nota do seguinte, é que nesse dia para além das comemorações havia mercado, e é verdade que foi muito complicado o fluir do trânsito. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite. Eu depois do que aconteceu na última Assembleia, que considero uma atitude reguladora de falta de educação cívica e política por parte de alguém que estava presente na Assembleia, a minha reacção a quente foi dizer que nunca mais cá vinha, aliás disse à minha esposa “hoje foi a última vez que fui à Assembleia Municipal”, porque afinal eu abduco de estar com a família, abduco de ir dar uma volta e não tenho nenhuma contrapartidas, a não ser eventualmente a incompreensão das pessoas e uma certa hostilidade. Mas depois pensando com calma, reconheci que se não viesse cá mais nenhuma vez era admitir que afinal eu só vinha para aqui dizer futilidades, vinha aqui eventualmente obter alguma projecção social que não é o meu caso. Por isso vim cá novamente e aguentei aqui até estas horas, como as outras pessoas, embora algumas estejam cá e eu volto sempre a dizer que estão cá e são pagas, e eu e outros Membros do Público estamos aqui por amor à camisola. Agora entrando na questão propriamente dita, eu num destes dias vinha da missa, no domingo, e vinham umas pessoas da missa e ali junto aos CTT, quando iam a atravessar para o outro lado do mercado, uma senhora aproximou-se de mim e disse “desculpe, o Senhor é que é o Senhor Leonel que costuma a falar na Assembleia Municipal?” e eu disse “sou”, e ela continuou “eu queria-lhe pedir um favor, era capaz de pedir lá para eles verem a questão da segurança dos peões na zona pedonal” e eu disse “já abordei muitas vezes essa questão” e a Senhora disse “sabe, eles andam de “cú tremido”, porque se eles andassem a pé já tinham feito alguma coisa”. E no fundo dá-me a impressão que não ouvem o que eu digo em relação aos peões, é precisamente isso porque eu falo uma linguagem que as pessoas não entendem. Porquê? Porque andam de “cú tremido”, porque se andassem realmente a pé conheciam melhor o problema dos peões. Desculpem lá o

termo “cú tremido”, não quero ofender ninguém. Eu continuo a insistir, porque acho que devo insistir enquanto não me provarem que eu estou errado e eu vou continuar a insistir. Bem sei que não posso esperar nada neste momento do Executivo, porque o Executivo está em final de época digamos assim e eventualmente o que eu vou dizer vai servir para procurar alertar, sensibilizar quem eventualmente vier para aqui, eu estou convencido que estão aqui pessoas nesta Assembleia que vão ocupar o lugar que o Senhor Ápio vai largar, é um facto, e pode ser que sejam sensibilizadas para essa questão. Se não se importam eu gostava de ler aqui uma passagem, um ponto pelo que eu ando a lutar, é aquela placa em frente aos Bombeiros, que ando a dizer que a placa que dá a prioridade aos peões devia ser mais aproximada da ligação, tanto mais que tem lá uma passadeira pintada no chão e isso suscita dúvidas, não só ao condutor, mas também aos peões, porque não sabem se devem atravessar na parte de cima que faz ligação à zona pedonal, se devem atravessar em baixo na passadeira. Eu tenho aqui uma carta, uma resposta, a carta data de 10/05/2006, portanto já lá vão três anos, está assinada pelo Senhor Vereador do Pelouro do Trânsito, que é o Dr. Ricardo Tavares, e diz “Informa-se o Município que o assunto solicitado de reposição de sinal vertical de passagem de peões foi reencaminhado a fim de se resolver o pretendido”, já lá vão três anos e nada foi feito, a placa continua afastada, continua a passadeira pintada no chão. Onde se deve atravessar? Onde é que se deve dar prioridade? Comemoraram-se recentemente os cem anos do Parque de La-Salette, estiveram presentes as mais altas individualidades a nível do Executivo, convidados e foram para o Parque como? Foram todos de carro, porque se tivessem ido a pé e se tivessem passado pelo Calvário tinham-se apercebido do calvário que é para quem lá passa a pé. Infelizmente foram de carro. Espero que o próximo Executivo Camarário tenha alguma sensibilidade e faça alguma coisa pelos peões na zona do Calvário. Outro ponto: foi posto novo tapete e infelizmente ou intencionalmente foram suprimidas algumas passagens para peões. Temos o caso da Rua 16 de Maio, no cruzamento da Rua 16 de Maio com a rua que vem da Caixa Geral de Depósitos, que eu não sei o nome, e não-de reparar, está ali o Senhor Correia e peço desculpa de utilizar o seu nome, mas vamos supor que estamos em casa do Senhor Correia e se o Senhor Correia quiser ir à lavandaria que fica do outro lado, atravessar a estrada com segurança tem duas hipóteses: ou vai ao cruzamento junto à Pastelaria Doce Convívio e atravessa junto aos semáforos e vem para trás e atravessa junto àquela tasquinha e vai lá; ou a outra hipótese é descer lá ao fundo onde tem o café, atravessa para o outro lado e vem para cima. Porquê? Porque suprimam duas passagens para peões ali naquela zona, foram duas que foram ao ar, agora o trânsito tem muito mais fluidez e os peões que se “lixem”, desculpem a expressão. Outra passadeira que desapareceu praticamente foi em Santo António, desapareceu uma em Santo António quem vai para as Barrocas e a que vai para La-Salette metade dela foi ao ar. É assim, os semáforos continuam lá intermitentes e agora eu coloco a questão: está intermitente para quê, por causa de quê, qual é o perigo? Eventualmente será o caso dos peões, mas a passadeira ali não existe, se a passadeira desapareceu de vez tirem de lá o semáforo, porque induz os condutores em erro. E para o lado de La-Salette se existe passadeira, por favor pintem-na completa, porque a maior parte dos condutores agora nem deixam passar os peões, vêm de cima, vêm o intermitente que para eles é para terem cuidado no cruzamento, e os peões que tratem da vida deles. Um outro pormenor, se me permitem, é o caso da rua de terra batida que liga da Soares de Basto ao campo de treinos, que eu já pedi se ponham lá um bocado de terra, porque está cheio de buracos, para mais com a chuva está cheio de buracos e a água acumula-se e os carros passam e molham as pessoas, não tem condições. Para além disso, falta a luz, acho que não custava nada e espero que o próximo Executivo faça isso. Outro pormenor, é ali na Rua António Pinto Carvalho, aquele quelhozinho, em que o piso foi posto há dois ou três meses e já rebentaram o piso. Não-de reparar na Rua António Pinto Carvalho, ali junto aos

Correios, quem sobe os Correios, já rebentaram o piso, agora tem lá um bocado de troço com paralelos, andaram lá funcionários da Câmara e disseram que era um tubo para ligar a Internet, mas eu acho que já deviam ter pensado nisso há mais tempo, antes de colocar o tapete deviam ter pensado nisso. Agora levantaram o tapete, colocaram os paralelos e rebentaram o quelho e não tiveram o devido cuidado de pavimentar em condições o quelho. Do outro lado levantaram o passeio e as pedrinhas estão lá todas. Se eventualmente fosse uma empresa privada, dizia-se que era uma empresa privada e que não tinham culpa, mas neste caso foram os funcionários da Câmara e é à Câmara que compete repor as coisas, é lógico que o tapete nunca mais, ficam lá os paralelos. Para finalizar, é uma sugestão a nível de trânsito e que era a seguinte: quando entramos em Azeméis por onde diz Azeméis Centro, antigamente havia duas alternativas, uma pessoa chegava ali e vinha na direcção do jardim ou então cortava-se ali na Escola Ana Luísa e desafogava o trânsito. Agora vem tudo ter ao jardim e já me aconteceu das poucas vezes que venho de carro naquela zona o trânsito vir cá em baixo na rotunda, ele vai todo ter ao jardim, isto porque fizeram aquele acesso à rotunda que vai pelo lado do Pocinho e que antigamente dava para Coimbra e agora para facilitar dá para o Porto. Agora o caminho dali dá para dois lados, ou sai logo aí ou anda mais meia dúzia de metros e desce no cruzamento dos transportes, quem vai para a TRANSDEV e suprimiu-se a outra, pôs-se o muro, tapou-se a rua e agora há menos fluidez. A minha proposta é que repensassem e se calhar fizessem ao contrário, em vez da outra ser uma descida, uma saída para a rotunda porque já há uma alternativa mais frente, se repensassem em vez de ser uma saída fosse uma outra entrada para Azeméis e então teríamos duas alternativas e poderíamos aí desafogar o trânsito. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado, Senhor Prof. Leonel, pelos seus contributos. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Vamos então interromper esta Assembleia, ficamos no ponto dez. O Senhor Presidente está a dizer que o período do Público foi de trinta minutos, que podíamos tentar fazer mais trinta minutos. Eu à meia-noite percebi, aliás quando eu olhei para o relógio era meia-noite e cinco e estava toda a gente a fazer-me sinal. Já percebi que não há consentimento e o Regimento assim o manda. Eu só pedia aos responsáveis do PSD, PS, PCP e CDS que pudessem ficar aqui mais cinco minutos para podermos acertar a data. Boa noite, está interrompida a sessão. =====

===== A Assembleia Municipal foi interrompida pelas 24h e 35m, com a continuação marcada para o dia quinze de Maio, às catorze horas e trinta minutos. =====